

Sofia Alexandra Fonseca de Castro

Análise da revista «Flor de Lis», enquanto exemplo de Jornalismo Temático

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2008

Análise da revista «Flor de Lis», enquanto exemplo de Jornalismo Temático

Aluno / Autor: Sofia Alexandra Fonseca de Castro

Título: Análise da revista «Flor de Lis», enquanto exemplo de Jornalismo Temático

Instituição: Universidade Fernando Pessoa

Local e Ano de Efectivação: Porto, 2008

Análise da revista «Flor de Lis», enquanto exemplo de Jornalismo Temático

Aluno/Autor: Sofia Alexandra Fonseca de Castro

Título: Análise da revista «Flor de Lis», enquanto exemplo de Jornalismo Temático

Sofia Alexandra Fonseca de Castro

Orientador: Professor Doutor Ricardo Pinto

Parecer:

Monografia apresentada à UFP como parte dos requisitos para obtenção do grau de licenciada em Ciências da Comunicação, vertente Jornalismo.

Sumário

O presente trabalho de investigação tem como principal objectivo analisar uma revista escutista, «Flor de Lis», afim de perceber se esta é ou não um exemplo de Jornalismo Temático quer ao nível dos conteúdos, quer ao nível técnico.

Valendo-se da técnica da investigação, do contacto com o editor da referida revista e tendo em conta alguns trabalhos científicos de reconhecidos teóricos da comunicação como Sodré, Ferrari ou Jorge Pedro Sousa, são analisados pormenorizadamente inúmeros artigos da revista e aspectos a ela inerentes como o Estatuto Editorial, de modo a perceber se as regras do jornalismo são cumpridas.

Neste trabalho é ainda perceptível o modo como o jornalismo Especializado/Temático tem vindo a evoluir e a afirmar-se ao longo dos tempos, bem como se caracterizam, definem e distinguem cada um dos géneros jornalísticos.

Por fim, analisados todos estes temas e comparando-os com a revista em análise é passível de se afirmar que esta é um exemplo de Jornalismo Temático, sendo esta afirmação a principal conclusão deste trabalho.

Dedicatórias

Esta monografia é dedicada a todos os jornalistas e teóricos da comunicação que, ao longo do tempo, têm contribuído para que haja estudos científicos nesta área, apoiando e incentivando jovens, que, como eu, sejam apaixonados por jornalismo, na prossecução dos seus estudos e realização das suas teses ou trabalhos de final de curso.

Dedico ainda esta monografia a todos os escuteiros que um dia ousaram escrever para a revista «Flor de Lis» contribuindo, dessa forma, para que esta se apresente, hoje, como um meio de comunicação social, bem como a todos que optaram viver segundo as leis deste movimento, possibilitando as inúmeras reportagens e notícias que dão vida às páginas desta revista.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer aos meus pais, irmão e tia por todo o apoio que me deram ao longo desta fase da minha vida, incentivando-me, sempre, a fazer mais e melhor.

Ao meu namorado por ter estado sempre ao meu lado, impedindo-me de ir abaixo ou sequer pensar em desistir.

Agradeço, ainda, ao professor doutor Ricardo Pinto pela compreensão, apoio e disponibilidade demonstradas desde o primeiro momento em que decidi realizar esta monografia.

Por fim, agradeço a disponibilidade do dirigente José Araújo que desde o início me concedeu todo o apoio para a realização deste trabalho de investigação.

Índice Geral	
Sumário	5
Dedicatórias	6
Agradecimentos	6
Índice Geral	8
Índice de Figuras	9
Índice de Tabelas	9
Introdução	10
Capítulo 1: Jornalismo Temático, Reflexão	14
1.1 História e Evolução do Jornalismo	14
1.1.1 A imprensa escrita e a especialização	15
1.1.1.1 Sociedade/Nacional	15
1.1.1.2 Internacional	16
1.1.1.3 Outras	16
1.2 Revista Flor de Lis	17
Capítulo 2: Análise Estrutural da revista	19
2.1 Editorial	19
2.2 Reflexos	19
2.3 Indaba	20
2.4 Em Caminho	21
2.5 Aprender fazendo	21
2.6 Internacional	22
2.7 Sinais de Fumo	23
2.8 Sabias que...	24
2.9 Acha na Fogueira	24
2.10 Ficha Técnica	24
2.11 Suplementos	25
2.11.1 O Uivo	25
2.11.2 O Kim	26
2.11.3 A Rota Azul	27
2.11.4 A chama	28
2.11.5 Ordens de Serviço	28
Capítulo 3: Análise da revista numa perspectiva jornalística	30
3.1 Estatuto Editorial	30

3.2 Géneros Jornalísticos	34
3.2.1 Editorial	34
3.2.2 Reportagem	38
3.2.3 Entrevista	43
3.2.4 Notícia	47
3.2.5 Artigo de Opinião e Crónica	49
3.2.5.1 Artigo de Opinião	49
3.2.5.2 Crónica	52
Conclusão	53
Bibliografia	57
Apêndice 1	59

Índice de Figuras

Figura 1: Dr. Manuel Vieira de Matos	13
Figura 2: Dr. Avelino Gonçalves	13
Figura 3: Página «Reflexos»	20
Figura 4: Página «Aprender fazendo»	22
Figura 5: Página «Sinais de Fumo»	23
Figura 6: Página «Uivo»	26
Figura 7: Página «Kim»	27

Índice de Tabelas

Quadro 1: Editorial	37
Quadro 2: Reportagem	43
Quadro 3: Entrevista	47

Introdução

Numa época em que o jornalismo em Portugal ganha novos contornos e se adapta, diariamente, às novas necessidades e exigências das massas torna-se relevante analisar os inúmeros meios que se afirmam como Meios de Comunicação Social, sejam estes canais televisivos, estações de rádios ou publicações diversas. No entanto, este foi apenas um dos motivos que me conduziu à realização deste trabalho.

Desde a primeira vez que foi pensada, esta investigação teve sempre como principal objectivo realizar uma análise da revista Flor de Lis, com o intuito de demonstrar que esta é um exemplo de Jornalismo Temático, que surgiu não da mão de profissionais de comunicação, mas de um sub grupo da população, os escuteiros.

No primeiro capítulo desta monografia começo por realizar uma pequena reflexão sobre o jornalismo temático, explanando a sua origem, o presente e o futuro, o que me permite compreender o seu conceito, características e especificidades.

Como refiro nesta mesma reflexão, o jornalismo temático contribui para a coesão social, uma vez que agrega os indivíduos segundo afinidades e gostos que os mesmos partilham¹. No que concerne a esta característica, atrevo-me a afirmar que não há dúvida que esta revista se dirige a um público-alvo específico, os escuteiros, que partilham em si o gosto de viver segundo as leis e princípios que regem este movimento.

Ao ter como tema central o Escutismo, a Flor de Lis torna-se uma publicação que aborda questões específicas deste sub-grupo da sociedade, bem como se nos atrevermos a folhear a revista, rapidamente, nos apercebemos que as suas páginas estão repletas de histórias e rubricas relacionadas directamente com o escutismo.

A estrutura de um meio de comunicação social, o ele aparecer organizado sempre da mesma forma, com as mesmas rubricas, os mesmo passatempos é outro dos argumentos facilmente utilizado quando se trata se considerar uma publicação jornalística ou não.

¹ Consultar página 17

No segundo capítulo, tendo como base três exemplares desta revista, demonstro qual a estrutura da mesma e de que modo a mesma se repete de número para número. Inúmeras rubricas e cinco suplementos são visíveis em cada revista o que me permite concluir que a mesma cumpre com mais uma regra do jornalismo, ou seja a organização.

No entanto, a organização e a estrutura de um qualquer meio de comunicação social não são por si só condições para que, o mesmo, seja, automaticamente, jornalístico, a forma como este está escrito, a linguagem, os géneros jornalísticos, a imagem e, claro, a factualidade e a neutralidade permitem-nos, com maior credibilidade, julga-lo como tal.

Consciente desta veracidade, no capítulo três é realizada uma análise exaustiva, cingida apenas a uma perspectiva jornalística, de modo a provar, de forma científica, que esta revista pode, realmente, ser considerada um exemplo de Jornalismo Temático.

Por sua vez, o ponto 3.2 deste trabalho é dedicado a uma abordagem sobre os géneros jornalísticos começando-se sempre por uma definição do género ao que se segue uma contextualização em prática, a partir de artigos retirados da revista.

Tendo em conta a pertinência dos géneros jornalísticos, este ponto tornou-se determinante neste trabalho, ou seja, perceber se realmente existem os géneros jornalísticos e quais, é o passo final que me permitirá concluir se esta revista é, definitivamente, um exemplo de Jornalismo Temático.

Apesar do referido nos parágrafos anteriores, importa-nos perceber, a nós, profissionais de comunicação, de que forma esta revista se assumiu e afirmou no mercado, tendo hoje um espaço nobre no seio do seu público-alvo, bem como na génese deste tipo de jornalismo.

O primeiro número do jornal «Flor de Lis» apareceu em Fevereiro de 1925, sendo que, após apenas um ano, se passou a apresentar em formato de Revista. Este órgão de Comunicação Social tornou-se o meio de informação entre todas as Unidades², permitindo uma troca de informações entre os vários membros da associação.

² Unidades: No Escutismo as Unidades são o mesmo que Agrupamentos, ou seja corresponde a um conjunto de escuteiros de um determinado local.

Desde a sua fundação até hoje, muitos foram os artigos, reportagens, novidades, notícias e evoluções que foram registadas por este meio de comunicação social. A «Flor de Lis», veio permitir a todos os membros da associação terem a possibilidade de saber o que acontece em cada um dos agrupamentos. Conhecer, aprender e partilhar são as três palavras que melhor definem esta revista temática.

Com um público-alvo muito específico, (escuteiros, ex-escuteiros e familiares) esta revista vai já no seu 83º ano de existência, sendo que a mesma nunca deixou de ser publicada, nem mesmo quando passou tempos complicados e controversos, como na época da ditadura onde chegou a funcionar na clandestinidade.

Por estes motivos, esta revista apresenta-se no panorama nacional como algo que merece atenção e estudo. Numa época em que o jornalismo temático se apresenta como o futuro desta profissão torna-se proeminente perceber o segredo desta revista que, quase se poderia dizer, ter sido a pioneira no jornalismo temático em Portugal.

Aproveito ainda para fazer uma pequena contextualização da essência deste movimento associativo, um dos maiores a nível nacional e mundial.

O Escutismo é um movimento mundial de jovens fundado no ano de 1907, em Inglaterra por Robert Stephenson Smith Baden Powell, tratado e conhecido, de forma carinhosa, pelos jovens, por BP.

Este movimento é considerado como um “complemento da acção da escola e da família, preenchendo necessidades específicas de jovens de ambos os sexos” (Vieira, 2007), uma vez que os jovens são colocados em contacto com a natureza, ao mesmo tempo que aprendem a ser mais independentes e a tornaram-se bons cidadãos.

16 anos depois, no ano de 1923, surge em Braga o Corpo Nacional de Escutas (CNE), Escutismo Católico Português. A fundação do movimento em Portugal ficou a dever-se ao Arcebispo D. Manuel Vieira de Matos e ao Dr. Avelino Gonçalves, os quais tinham tido os primeiros contactos com o movimento no ano de 1922, quando assistiram a um desfile de 20.000 Escutas, no Congresso Eucarístico Internacional que, nesse ano, se realizou na cidade eterna.



Fig 1: Dr. Manuel Vieira de Matos



Fig 2: Dr. Avelino Gonçalves

Passados 83 anos, o escutismo continua a marcar presença nas terras lusitanas, crescendo e multiplicando-se a cada ano, permitindo o aumentar e fomentar da amizade e do convívio entre os vários escuteiros, bem como contribuindo para uma evolução deste movimento feito de jovens e para jovens!

Capítulo 1: Jornalismo Temático, Reflexão

Este capítulo tem como objectivo realizar uma pequena reflexão sobre a evolução do jornalismo temático, abordando-se alguns pormenores inerentes à sua história e evolução, finalizando com a contextualização do tema em análise, revista Flor de Lis, na evolução deste novo tipo de jornalismo.

Ao mesmo tempo que se integra a revista neste tipo de jornalismo são demonstradas algumas das razões do porquê desta ser merecedora de estudo e análise, sendo, ela própria, um marco da história do jornalismo em Portugal.

1.1 História e Evolução do Jornalismo Especializado

“(…) o perfil do jornalista sofre alterações, as publicações passam a dedicar-se mais a informação personalizada, portanto o jornalismo especializado tende a desenvolver-se cada vez mais.” (Abiahy, 2000)

Na procura de uma reflexão sobre a evolução do jornalismo assinalei o século XXI como o marco de uma nova Era. Neste momento, o jornalista já não quer apenas relatar e analisar os factos que descreve. Pelo contrário, este procura perceber o porquê do facto ter surgido, do seu presente e até mesmo do que poderá suceder no futuro.

Denominada por Jornalismo Especializado, esta nova Era está associada à essência do jornalismo, ou seja à investigação e consequente tentativa de explicação do porquê.

O jornalismo Especializado pode ser definido como aquele que, ao procurar responder a uma subida de exigência qualificativa dos produtos informativos, opta por segmentar, tematicamente, a sua matéria-prima. Ao fazer esta separação por temas surge o jornalismo temático que se foca num único tema. Ou seja, por exemplo, um jornal especializado em desporto decide fazer um suplemento dedicado apenas a futebol, podemos afirmar que está a fazer um suplemento temático.

Este novo tipo de jornalismo é, ao mesmo tempo, uma tentativa de responder ao aumento de competitividade, à exigência de qualidade e à necessidade de organizar funcionalmente as redacções, e uma afirmação da diferença e da capacidade crítica.

Deste modo, o jornalismo Especializado/Temático está associado quer à Interpretação, quer à Concorrência e Cenário Informativo.

Associa-se à Interpretação, pois interpretar é questionar. O jornalista apenas pode questionar aquilo que sabe e, uma vez especializado na matéria, o profissional vai levantar muito mais questões, pois não se limita à factualidade, mas antes quer saber para além dos factos. Pode-se mesmo afirmar que, a relação entre o jornalismo interpretativo e o especializado/temático, é um fenómeno de especialização que altera a percepção do próprio facto.

A Concorrência e o Cenário informativo aliam-se a este tipo de jornalismo uma vez que, numa altura em que a multiplicação de canais é uma constante, cada meio de Comunicação Social tem de se fazer valer pela diferença e qualidade. Ao existir um discurso especializado por parte do jornalista, o meio poderá garantir a sua audiência e, desse modo, fazer frente à referida concorrência.

“Com a maturidade alcançada por estas profissões, a fase artesanal dá lugar à especialização e à cooperação entre especialistas. A própria complexidade técnica que se observa nos media torna inevitável esta especialização e esta cooperação. Cada uma das formações compreende assim outros aspectos gerais, específicos e profissionais próprios do sector”. (Rodrigues, 1997)

1.1.1 A Imprensa Escrita e a Especialização

A imprensa escrita tem sido a mais afectada pelo fenómeno da especialização, identificando-se, neste momento, seis grandes áreas de especialidade: Cultura, Desporto, Política, Internacional, Economia e Sociedade/Nacional.

1.1.1.1 Sociedade/Nacional

A secção de Sociedade/Nacional é uma das maiores áreas. Esta apresenta-se como um “balde” que apanha o que os outros não querem, uma vez que na dúvida é Sociedade. Por este motivo, esta especialidade teve a necessidade de se segmentar, inaugurando, deste modo, o

fenómeno da Sub-especialização, que se caracteriza por o profissional ter de optar, dentro de uma secção, entre cinco especificidades: educação, ambiente, saúde, trabalho ou justiça.

A grande dificuldade que enfrenta esta área é que a mesma vai ter de se reorganizar. Um editor de sociedade já não consegue dominar todas as matérias e começam a aparecer jornalistas com mais conhecimento que o próprio editor.

Apesar de ter sido a especialidade que mais tarde se automatizou, a secção de Sociedade/Nacional é uma área de futuro devido ao aspecto da Glocalização (Global+Local). Esta característica permite à Sociedade tratar da informação local e ao mesmo tempo de informação que antes pertencia ao internacional, unindo, dessa forma, proximidade e distância.

Outra razão para ser uma área de futuro é o facto de englobar duas importantes especializações dos tempos que se avizinham que são a Saúde e o Ambiente. O século XXI reserva-nos muitas descobertas, investigações e mesmo graves problemas dentro do conhecimento destas áreas, daí que uma redacção com jornalistas especializados quer na saúde, quer no ambiente, poderão ser a garantia das audiências, bem como a grande aposta dos meios de comunicação em que estão inseridos.

1.1.1.2 Internacional

Em contrapartida à Sociedade /Nacional está a secção do Internacional, a qual está a perder matéria-prima, uma vez que a informação agora é cada vez mais seccionada, não pelo país de origem mas sim pela área de conhecimento que aborda. Este aspecto conduz quer à perda de audiências quer à diminuição de profissionais nesta secção.

1.1.1.3 Outras

No que diz respeito às outras especializações (Cultura, Economia, Desporto e Política) não se prevêem grandes alterações ao que neste momento se assiste. Contudo, cada um dos profissionais destas secções não deve descuidar cada uma das outras especialidades, até porque o jornalista tem de perceber um pouco de tudo.

Existem ainda outras especializações que, praticamente, não são abordadas em nenhuma destas secções, ou, quando têm alguma relevância, são incluídas no “balde” da Sociedade. Estas especializações a que me refiro têm, na maior parte das vezes, meios de comunicação próprios, produzidos por profissionais com elas relacionados.

Estas especializações, com edições próprias, têm dado azo ao desenvolvimento do Jornalismo temático, ou seja um tipo de jornalismo que se cinge apenas a um determinado tema. Pode-se identificar alguns destes temas, dando-lhes o nome de: Culinária, Moda, Desportos Radicais, Media, Informática, Ciência, Escutismo entre outros.

A sociedade está agora subdividida em grupos “que encontram publicações ou programas segmentados com os quais se identificam mais facilmente” (idem). Por este motivo, o Jornalismo Temático adquire uma característica de contribuição para a coesão social, no sentido em que agrega os indivíduos de acordo com os seus gostos, afinidades e interesses pessoais, em vez de os tratar como uma massa homogénea e passiva.

A juntar a este tipo de jornalismo surge ainda o jornalismo regional e local, o qual exige ao profissional que tenha um conhecimento mais a nível local. Deste modo, temos vindo a assistir ao proliferar de publicações regionais e locais, bem como rádios do mesmo tipo, obrigando o jornalista a dominar o meio que o envolve e sobre o qual escreve. Os cidadãos necessitam de se identificar com a região em que vivem, “a identidade de regiões comporta a necessidade de mecanismos de produção simbólica que comportem o sentimento de pertença”. (Correia,2006).

Em conclusão, o Jornalismo Especializado em conjunto com o Jornalismo Temático será o futuro do Jornalismo em Portugal e no mundo. Aos profissionais é-lhes exigido um conhecimento muito mais específico e profundo. O jornalista já não se resume aos factos, mas sim este domina a matéria (através da investigação), possuindo a capacidade de colocar questões, levantar dúvidas e até mesmo de causar a polémica.

1.2 Revista Flor de Lis

Ao referirmos as especialidades a que o Jornalismo Especializado/Temático está sujeito apercebemo-nos de uma especialização que acaba por englobar tudo aquilo que não está

incluído nas restantes áreas. Refiro-me à Sociedade/Nacional, uma área do jornalismo que abordando inúmeros temas da sociedade em geral acaba por ser a que tem mais matéria, tendo, por conseguinte de estar, muitas vezes, organizada por temas, ou por dar origem a publicações mais pequenas que se cingem a, apenas, um tema.

Não tendo surgido por estes motivos, a revista em análise neste trabalho acaba por ser um exemplo de uma subdivisão da sociedade, ou seja, uma publicação para uma determinada mancha da sociedade: escuteiros, ex-escuteiros, pais e restantes familiares.

Mas não é só o facto de ser um exemplo de jornalismo temático que conduz a que a Flor de Lis seja alvo de estudo e análise, mas, e sobretudo o é, o facto desta ter hoje mais de 80 anos, o que nos leva a afirmar que esta foi uma das primeiras publicações temáticas a surgir em Portugal, contrariando tendências e políticas da época, ultrapassando revoluções da vida política do país bem como adaptando-se às inúmeras evoluções a que o mundo do jornalismo foi assistindo.

Capítulo 2: Análise estrutural da Revista

Criada a pensar nos milhares de escuteiros espalhados por Portugal, a revista Flor de Lis surge no panorama nacional como uma publicação com características muito específicas. A alegria, tão conhecida por cada escuteiro, é espelhada nas cores vivas e imagens que ilustram a revista. A vivacidade da vida em campo é retratada em palavras e fotografias. A educação é recordada pelos mais velhos em textos de leitura quase obrigatória, entre muitas outras especificidades.

Por este motivo, para que se consiga dar vida a uma análise e consequente estudo desta revista é necessário, antes de mais, perceber como a mesma está estruturada e organizada, qual o seu grupo alvo, e objectivos gerais que pretende atingir a cada número.

A revista «Flor de Lis» tem, actualmente, uma estrutura própria que se repete de revista para revista. Rubricas gerais e destacáveis destinados a cada uma das secções que compõem o movimento, ou seja, lobitos dos seis aos 10 anos, exploradores dos 10 aos 14 anos, pioneiros dos 14 aos 18 anos e caminheiros dos 18 aos 22 anos, são algumas das características que a definem, bem como inúmeros outros artigos destinados a escuteiros, ex-escuteiros e familiares destes.

2.1 Editorial

Todas as revistas são iniciadas, na página número um, por um Artigo de Opinião sobre a forma de editorial escrito e assinado pelo director da revista, chefe José Araújo.

Apesar de o mesmo não se intitular como Editorial vou identificá-lo como tal, uma vez que o mesmo obedece (como provarei mais à frente) a praticamente todas as regras deste tipo de jornalismo.

2.2 Reflexos

A rubrica «reflexos», segue-se na página seguinte, onde o «cusco», uma pequena personagem criada pelos colaboradores da revista, coloca temas em debate entre escuteiros de todo o país, como é o caso da revista nº1155, onde se coloca a seguinte pergunta – “Se numa mesma data

se realizassem vários acampamentos (um regional, um nacional e um internacional), em qual das actividades optarias por participar?”.



Fig. 3: Exemplo de duas páginas da rubrica «reflexos» com a personagem do «cusco».

2.3 Indaba

A segunda rubrica intitula-se «Indaba». Este é o espaço reservado a um Artigo de Opinião/Crónica que pode ir de duas a três páginas e que, grande parte das vezes, é redigido por um dirigente convidado.

Estes artigos, apesar de possuírem uma componente escutista muito forte, têm também um elevado teor educativo, como se pode confirmar na revista nº 1157, no artigo da autoria da dirigente Célia Franco, intitulado “Castigo: Valor educativo”, onde, pessoalmente, dou destaque ao entre-título “O castigo no processo educativo”, em que é abordado o padrão de comportamento que devemos utilizar em diversas relações a ter com as crianças e jovens.

“O processo educativo é complexo, existindo variadas redes de relações interpessoais e de contextos. Assim, o educador tem de ter a flexibilidade e a argúcia para perceber, em

cada momento, qual a atitude adequada ao jovem e ao contexto, de forma a ser eficaz para atingir os objectivos principais do processo educativo”. (Franco, 2006)

2.4 Em caminho

A rubrica «Em caminho» pode ser considerada como uma das mais importantes da revista Flor de Lis, na medida em que, é neste espaço, que são editadas as notícias das várias secções e/ou agrupamentos. Notícias, reportagens e alguns artigos de opinião dão cor a muitas das páginas que compõem esta temática.

Na revista nº1156 podemos enumerar os títulos que dão vida e corpo a esta parte da revista: “«Revisão estatutária» e «Fundação do CNE» para um CNE moderno”, “Notícias da FNA”, “Fátima reúne plenário”, “Escutismo e deficiência: basta passar a ponte”, “A tecnologia como ferramenta de apoio à deficiência” e “O passaporte para o nacional do centenário”.

Como se pode depreender, nesta revista, as peças que predominam são artigos de opinião que tomam por exemplo aquilo que acontece em alguns agrupamentos, como é o caso do artigo de autoria de André Spencer, intitulado “Escutismo e deficiência: basta passar a ponte”, onde se dá o exemplo de uma criança com Síndrome de Down que um dia sonhou ser escuteiro.

“O Eduardo de nove anos é um deles. É portador de trissomia 21 (também conhecida por Síndrome de Down) uma doença genética que afecta genericamente a capacidade de aprendizagem e a motricidade fina - embora os sintomas dos portadores sejam bastante heterogéneos. Mas isso não o impediu de ser escuteiro. (...)” (Spencer, 2006)

2.5 Aprender fazendo

«Aprender fazendo» é a rubrica da revista “Flor de lis” que, em cada número, ensina os escuteiros a fazer algo. Desde aprender a trabalhar o cartão, a fazer reciclagem ou mesmo a perceber os usos e propriedades das plantas, de tudo um pouco se pode descobrir, tendo por base cerca de duas páginas desta revista.

Tomando como exemplo a revista nº 1155, o escuteiro a aprende a decorar um dos símbolos que o acompanha durante toda a sua caminhada no escutismo. O bordão nos exploradores e pioneiros, ou a vara bifurcada nos caminheiros, são ambos símbolos que acompanham os jovens em todas as actividades de “campo, como por exemplo na montagem de abrigos, na aferição de profundidade de ribeiros” (Alves, 2006) entre muitas outras coisas.

Como tal o decorar do bordão ou da vara lembra-nos uma outra função do mesmo que se traduz em mais do que um utensílio é também um companheiro de escuteiros. Estes podem conter “parte da história da vida escutista do seu proprietário, com registos dos passos e marcos mais importantes” (Alves, 2006).



Fig. 4: Exemplo de uma página da rubrica «Aprender fazendo»

2.6 Internacional

O escutismo é um movimento que não morre nas fronteiras de Portugal, antes porém é vivido por milhares de jovens espalhados pelos quatro cantos do mundo. Por este motivo, esta revista tem a rubrica «internacional», a qual dá vida a inúmeras peças sobre actividades que decorrem no mundo, sejam estas protagonizadas por escuteiros estrangeiros, ou por escuteiros nacionais no estrangeiro.

Na revista nº 1156 João Vasco Reis e Francisco Maia realizaram uma entrevista intitulada «Memórias do CNE em Lourenço Marques», na qual o padre Luís Paulo partilhou a sua história de vida, como se tornou o Assistente Regional, entre muitas outras coisas.

(...)“Qual era a sua principal função como Assistente Regional?

A minha primeira tarefa, entre outras, foi a de aumentar o CNE na região em número e em qualidade. Nessa altura, Lourenço Marques tinha apenas dois agrupamentos: Sé e S. José, e comecei a contactar os párocos da cidade com o propósito da expansão do movimento, não só na cidade de Lourenço Marques num raio de cerca de 250 quilómetros, até à cidade de João Belo, onde estava um padre franciscano que simpatizava muito com o CNE e desejava ter um agrupamento (...)” (Reis e Maia. 2006)

2.7 Sinais de fumo

«Sinais de fumo» surge sempre nas últimas páginas da revista. Esta é uma rubrica que nos permite conhecer e reconhecer núcleos e regiões espalhadas por Portugal.³ Pequenas fotoreportagens dão vida a relatos de actividades, inaugurações, aniversários, entre outros momentos permitindo, a cada um dos leitores, saber o que se passa noutras zonas do país.

Na revista nº 1156 a Região do Algarve realizou uma fotoreportagem intitulada “Fundação e Inauguração do 1292”, sendo o exemplo fidedigno do que anteriormente referíamos.



Fig. 5: Exemplo de uma página da rubrica «sinais de fumo»

³ Chamo aqui a atenção para a forma como está organizado o escutismo a nível nacional, ou seja existem os agrupamentos, que são aglutinados em núcleos e posteriormente em regiões formando assim o nacional. Tomemos por exemplo o agrupamento 96 de Valbom localizado na cidade homónima, concelho Gondomar. Este, juntamente com os agrupamentos do concelho, formam o Núcleo Centro Norte, que pertence à Região do Porto.

2.8 Sabias que...

«Sabias que...» é uma rubrica sob a responsabilidade do dirigente Fernando Alves, o qual em pequenos artigos faz a relação sobre temas e símbolos do mundo com o Escutismo. Estes textos são acompanhados por referências históricas pressupondo uma investigação adequada para a elaboração dos mesmos. “Escutismo na I Guerra Mundial” é um artigo da revista nº 1157, que faz a relação entre este movimento e um acontecimento que marcou a história do mundo.

“Com o início da guerra, os Escuteiros ingleses foram mobilizados para servir a sua Pátria, prestando-se a tarefas não militares que, nos dias de hoje, associamos à Protecção Civil, sob a coordenação das autoridades. Tarefas como vigilância de pontes, linhas de telégrafo e na linha de costa, recolha de informação logística, transmissão de informação e avisos à população, prestação organizada de auxílio e socorro à população, serviço de comunicações (...)” (Alves, 2006)

2.9 Acha na Fogueira

A rubrica «acha na fogueira» surge, normalmente na última página da revista. Sempre da responsabilidade de um dirigente, esta apresenta-se sobre a forma de um artigo de opinião variando de estrutura consoante o tema em análise.

Desta forma, umas vezes deparamo-nos com um artigo bastante analítico e informativo, como podemos comprovar no caso da revista nº 1157, no artigo que o seu autor Luís Araújo intitulou de «As prerrogativas do Chefe». Outras vezes porém esta rubrica é essencialmente informativa e apela à realização de algo, como acontece na revista nº 1156 no artigo “Meta para 2007, Um associado efectivo, Uma Flor de Lis” da autoria de Luís Gomes.

2.10 Ficha Técnica

É também na última página que encontramos a ficha técnica deste meio de comunicação social, feito de jovens e para jovens.

Numa pequena caixa de texto são apresentados todos quantos participam na elaboração da revista, sendo que existe uma alínea que varia de número para número consoante os colaboradores que ousaram participar na redacção da revista, refiro-me aos «colaboradores neste número».

2.11 Suplementos

As páginas centrais são pequenos suplementos criados com o intuito de serem distribuídos pelos vários elementos de um agrupamento, uma vez que os mesmos são dirigidos a cada uma das secções.

Além, das ordens de serviço, um suplemento institucional, existem mais 16 páginas subdivididas numa espécie de folhetos de quatro páginas, cada um dos quais destinado a uma das quatro secções, ou seja «O Uivo», para os lobitos, «O Kim», para exploradores, «A Rota Azul», para os pioneiros e «A Chama», para os caminheiros.

2.11.1 O Uivo

O primeiro suplemento intitula-se «Uivo» e é dirigido aos lobitos, a I secção que reúne crianças entre os seis e os 10 anos. Entre sugestões de jogos, reportagens, fotografias e outras informações, de tudo um pouco se pode encontrar nestas páginas dedicadas aos mais pequenos, tendo sempre em atenção a linguagem, a qual é acessível e especialmente adaptada aos mais jovens.

Uma das rubricas que existe n' «O Uivo» é «o meu covil», que convida cada uma das Alcateias⁴ a mostrar, em formato de fotoreportagem, o seu covil⁵, permitindo desta forma dar a conhecer o seu espaço aos outros lobitos, bem como o trocar ideias para futuros projectos.

Porque as brincadeiras com crianças devem pressupor sempre uma história, na revista nº 1156 dá-se a sugestão de um jogo que tem como base a história de Robin dos Bosques, ou seja o jogo é introduzido com o seguinte texto, que passo a citar:

“Certo dia, quando Robin dos Bosques atravessava um ribeiro utilizando um tronco que passava sobre o mesmo, encontrou a meio do caminho um homem que fazia o percurso inverso. Como nenhum deles cedeu passagem ao outro, tiveram que lutar para ver quem é que passava...”

Além desta introdução ao jogo, na mesma página existe uma imagem alusiva à forma como decorrerá o mesmo, bem como é referido o material necessário e explicado como se irá desenrolar o jogo.

⁴ Alcateia: nome dado à I secção, que se deve ao facto de cada uma das crianças que a compõe ser denominado de lobito e, um conjunto de lobos é uma alcateia.

⁵ Covil: Nome da sala da I secção. Na selva o abrigo dos lobos é um covil.



Fig 6: Exemplo de uma página do descartável «O Uivo» com uma sugestão de um jogo.

2.11.2 O Kim

A II secção é composta pelos explorados ou moços⁶, crianças e adolescentes entre os 10 e os 14 anos. Para estes o suplemento denomina-se «O Kim» e é composto por sugestões de actividades, reportagens sobre actividades realizadas, pequenas notícias entre muito mais, onde se destacam jogos e explicações sobre termos e denominações necessárias à caminhada⁷ de cada um destes elementos.

Chamo a atenção para o facto de ser nesta fase que as crianças ganham o verdadeiro gosto pelo escutismo e se apercebem que este mais do que uma ocupação de tempo livre é uma forma de vida que os irá definir na sua postura em sociedade.

⁶ Moços: designação dada a estes jovens nos escuteiros marítimos, também eles membros do CNE (Corpo Nacional de escutas).

⁷ Caminhada: termo utilizado para designar o percurso de cada jovem enquanto escuteiro.

Na revista nº 1155, é sugerido aos jovens que aprendam a nomenclatura básica de uma embarcação, como forma de que os jovens saibam comportar-se na possibilidade de uma actividade de canoagem, vela ou jangada, tal como se pode ver na imagem seguinte.



Fig 7: Exemplo de uma página do descartável «O Kim».

2.11.3 A Rota Azul

«A Rota azul» é o nome do suplemento destinado aos pioneiros ou marinheiros⁸, jovens entre os 14 e os 18 anos que constituem a III secção. Nestas quatro páginas estes jovens podem sempre esperar por ver a novidade trazida pela rubrica «técnica», a cargo do dirigente Domingos Brasão, o qual, em cada número os esclarece sobre um determinado assunto, ou lhes explica a técnica do mesmo, por exemplo qual o melhor saco-cama, a tenda certa, ou como escolher a mochila adequada, como podemos apreciar na revista nº 1156.

“As mochilas evoluíram tanto nos últimos anos e existem tantos modelos à nossa disposição, que compilámos estas Dicas de Uso para facilitar o teu trabalho, na hora de escolheres a que melhor te servirá” (Brazão, 2006).

⁸ Marinheiros: designação dada a estes jovens nos escuteiros marítimos, também eles membros do CNE (Corpo Nacional de escutas).

Além desta rubrica as reportagens sobre actividades realizadas pelos jovens, são contadas na primeira pessoa e ilustradas por inúmeras fotografias que demonstram o que de melhor eles fazem.

2.11.4 A Chama

Porque a partir dos 18 anos já começam a ser denominados de *jovens adultos* «a Chama», o suplemento destinado à IV secção, o Clã⁹, composta pelos caminheiros, jovens entre os 18 e os 22 anos¹⁰, é um suplemento com um tipo de informação mais cuidada.

Nas três revistas em análise dominam reportagens sobre as actividades destes jovens e artigos de opinião escritos pelos mesmos, contando, relatando e informando as grandes actividades que os marcam, bem como as preocupações que os incomodam ou, simplesmente, dados que gostam de trocar uns com os outros.

Um caminheiro está sempre acompanhado pela vara bifurcada, símbolo dos dois caminhos com que este se depara todos os dias, das opções que passam, muitas vezes, por se afirmar ou não caminheiro. Esta preocupação é visível no artigo de opinião, da autoria do Falcão Lutador¹¹, intitulado «Essa “coisa” de ser caminheiro», presente na revista nº 1156.

“Ser caminheiro já não é fácil mas ser caminheiro católico então a “coisa” complica-se um bom bocado...mais do que nunca teremos de optar! Uma opção que não pode ser de fim-de-semana, que não pode ser do tempo que passamos em conjunto na base, nas actividades, em torno de uma fogueira onde o ambiente facilita um pouco a vivência, mas no terreno “hostil” que todos os dias encontramos nas nossas vidas, quer seja nos nossos empregos, escolas, faculdades, etc mas também nos nossos tempos de lazer, com os nossos amigos, com aqueles que fazem parte da nossa vida”. (Falcão, 2006)

2.11.5 Ordem de Serviço

O último suplemento é a «Ordem de serviço». Este documento é de grande importância, na medida em que é neste que são anunciadas as determinações, a criação de estruturas e de órgãos nacionais, regionais e locais, extinção e suspensão das referidas estruturas. É também

⁹ Clã: nome dado à secção que é constituída por caminheiros.

¹⁰ A partir dos 22 anos e até aos 25, os jovens continuam a ser denominados de caminheiros, porém já não pertencem ao clã mas sim estão inseridos nas equipas de animação (grupo de *animadores* responsáveis pelas secções).

¹¹ Neste movimento de jovens cada elemento tem um totem, ou seja um animal que gosta e com que se identifica, seguido de um adjectivo que o qualifica enquanto pessoa.

registada a admissão, transferência, saída e regresso ao activo de dirigentes, bem como o movimento de dirigentes para os cargos.

Ao nível da justiça e disciplina são anunciadas as acções disciplinares, demissões, distinções e prémios, bem como as homologações, qualificações e rectificações. Nas ordens de serviço é, também, referido os recenseamentos dos escuteiros a cada novo ano.

Ou seja, as ordens de serviços são quase como um *Diário da República* dos escuteiros, pois as mais importantes medidas e acções têm de ser, obrigatoriamente, publicadas neste suplemento.

Capítulo 3 Análise da revista numa perspectiva jornalística

Neste capítulo vou realizar uma análise mais técnica que terá como objectivo perceber até que ponto esta revista é um exemplo de jornalismo ou seja, pretendo analisar e perceber as suas regras e formas tomando como base de investigação, novamente, as três revistas utilizadas no capítulo anterior, bem como o Estatuto Editorial da «Flor de Lis».

Uma vez que este trabalho tem como principal objectivo demonstrar que a revista «Flor de Lis» é um exemplo de jornalismo, irei fazer uma abordagem e definição dos vários géneros jornalísticos, ao mesmo tempo que acompanho com peças da revista em análise, as quais serão devidamente analisadas de forma a que percebamos, se a mesma, pratica ou não jornalismo, ou seja: a forma de escrita, a edição e outros pormenores inerentes à função de um órgão jornalístico.

3.1 Estatuto Editorial

O Estatuto Editorial confere, logo à partida, à revista, um carácter sério e jornalístico, na medida em que impõe regras e parâmetros que devem ser respeitados por todos aqueles que queiram fazer parte desta equipa, sejam eles da redacção ou não. Constituído por 14 artigos e redigido pelo director da revista, este documento é publicado no início de cada ano civil explicando e definindo os objectivos e princípios da revista.

Como em qualquer órgão de comunicação social, e significando por isso que aqui se pratica jornalismo, qualquer tema ou peça só poderá ser abordado ou publicado se estiver de acordo com este documento, conforme explicou José Araújo, dirigente do movimento¹² e director da revista:

“Os temas e peças da revista, como já dissemos, são escritos pelos membros da equipa de redacção, pelos colaboradores permanentes, por convidados, pelos correspondentes regionais e por aqueles que, espontaneamente, enviam matéria para publicação. Logo, qualquer escuteiro pode fazê-lo. A sua publicação, como é óbvio, depende da sua importância, qualidade e enquadramento nos objectivos e princípios da revista, definidos no Estatuto Editorial da Flor de Lis, que é publicado no início de cada ano civil”. (Apêndice 1)

¹² Movimento, é um termo utilizado para designar o Escutismo. Este é um movimento de jovens que reunidos formam o escutismo, daí que entre conversas destes jovens se fale em movimento (movimento de escuteiros).

A organização de um qualquer Meio de Comunicação Social é outro grande passo para que este seja considerado digno dessa mesma denominação. Uma ficha técnica actualizada e pessoas com alguma formação na área devem ser alguns dos parâmetros a ter em conta.

Na última página de cada uma das revistas analisadas podemos visualizar a ficha técnica, sempre actual como é comprovável se folhearmos a revista. É a ficha técnica que nos permite perceber de que forma está organizada esta revista e qual a função que cada pessoa exerce na mesma, sendo que podemos identificar um chefe de redacção, responsável por toda a realização da revista, e toda uma série de colaboradores permanentes, onde salientamos redactores, maquetistas gráficos, fotógrafos e correspondentes das regiões. José Araújo explica que:

“Conforme pode ver-se na ficha técnica, a redacção é composta pela Chefe de Redacção, que tem a primeira responsabilidade pela feitura da revista e, por isso, coordena todo o trabalho, desde a recepção do material até à sua revisão final e ordem de impressão à gráfica. Juntamente com ela, trabalham uma série de colaboradores permanentes: redactores, maquetistas gráficos, fotógrafos, correspondentes nas regiões, artistas gráficos, etc” (Apêndice 1)

Apesar da ficha técnica demonstrar a existência de uma preocupação para que tudo seja realizado de acordo com regras jornalísticas, restava-me a dúvida sobre se algumas das pessoas envolvidas estaria, de alguma forma, ligada a jornalismo, tendo obtido formação para esse efeito. Por este motivo, fui mais uma vez ao encontro do editor da revista que me revelou que “a chefe de redacção é licenciada em jornalismo, é funcionária do CNE a tempo inteiro e, por acaso, não é escuteira” (idem). Para além desta, existe ainda um outro jornalista ligado à equipa redactorial.

Este facto permite-nos afirmar que há uma vontade e uma preocupação de que a revista respeite as regras básicas do jornalismo, tais como a factualidade, a neutralidade, a síntese, o respeito pela língua portuguesa, a investigação.

Fazer jornalismo é muito mais do que despejar palavras para o papel em forma de texto. Há que ter em atenção como se escreve, sobre o que se escreve e de que forma se faz. É do conhecimento geral que nem todos os que trabalham ou colaboram com os meios de comunicação social são, necessariamente, jornalistas. Por este motivo, nas redacções têm de

existir profissionais que assegurem que as regras do jornalismo são cumpridas, bem como quem decide ou deseja colaborar com uma qualquer publicação ou outro órgão de comunicação social tem de compreender as «leis» porque esta ou este se rege.

A subjectividade e a criatividade devem apenas ter lugar nos temas ou formas de escrita e nunca na redacção de factos. Estes devem ser analisados de forma conveniente e objectiva de modo a passar ao público a ideia correcta do acontecimento narrado. No entanto, estas duas características podem ser aplicadas no caso de Artigos de Opinião ou Crónicas, desde que estes sejam escritos na primeira pessoa e apenas para exprimir opiniões do autor.

Neste caso especial, a revista «Flor de Lis» tem ainda uma preocupação acrescida que se traduz na salvaguarda do bom nome do escutismo, a sua promoção e defesa, bem como contribuição para a educação de crianças e jovens, conforme se pode ler no 3º, 4º e 5º artigos do Estatuto do Jornalista, que passo a citar:

3º A "Flor de Lis" deve reflectir, nos seus conteúdos, a vivência da Associação, a todos os Níveis.

4º A "Flor de Lis" deve reflectir, o mais fielmente possível, a actuação da Junta Central, na execução das grandes linhas de rumo traçadas pelos órgãos deliberativos competentes.

5º A "Flor de Lis" é, assim, um instrumento de promoção da educação global de crianças, jovens e adultos, de ambos os géneros, através do método educativo do Escutismo.

Para que os objectivos atrás descritos sejam atingidos e como prova de que esta revista é digna de ser considerada jornalística, existe uma linha editorial que rege a revista e todas as peças que a compõem, a qual tem em conta não só o Estatuto Editorial, como o seu público-alvo (maioritariamente escuteiros) e o próprio Movimento Escutista. No entanto, em cada número da revista são introduzidas rubricas com o objectivo de que este meio de comunicação atinja um público mais alargado. José Araújo explica:

“A linha editorial tem de ser cuidada e, como não poderia deixar de ser, visa a divulgação, informação e formação do Movimento Escutista, particularmente a do Corpo Nacional de Escutas – Escutismo Católico Português, com base nos princípios e objectivos de contribuir, através do método e da nossa fé católica, para a construção do jovens, futuros cidadãos completos. Isto por um lado. Por outro, pretendemos que a revista possa, também, levar algo aos outros, introduzindo rubricas como a Cultura em Revista e o Factual, que são generalistas e não colidem com os seus princípios.

A redacção das peças, obedece ao atrás exposto e a sua publicação, embora sendo da responsabilidade dos respectivos autores, têm a anuência do director, como não podia deixar de ser” (Apêndice 1)

Folheando a revista, apercebo-me que existe uma determinada organização e tipologia para os vários artigos que a compõem. O cimo de cada página está assinalado por um determinado título, podendo assim enumerar-se várias temáticas da revista, tais como: o Indaba, Em Caminho, Internacional, Aprender Fazendo, entre outros.

Cada um destes temas surgiu com a ideia de “habituar os leitores a saberem encontrar «o quê» em cada lugar”, explicou José Araújo (idem). Deste modo, a rubrica Indaba¹³ destina-se exclusivamente a temas relacionados com dirigentes¹⁴, a Internacional a relações e actividades no estrangeiro, a Aprender Fazendo aborda questões técnicas, relacionadas ou não com questões escutistas, mas que ensinam sempre algo aos jovens e adultos, enfim, cada um dos temas corresponde somente a uma determinada área.

Funcionando como o grande meio de comunicação entre todos os escuteiros de Portugal e, tentando sempre cumprir com as regras e linhas que definam um bom jornalismo, a revista Flor de Lis adopta uma missão que mais do que defender a Associação a que pertence, tem como objectivo mostrar as suas linhas e pensamentos à sociedade civil.

“A missão da Flor de Lis, é a divulgação da vida da Associação aos associados e a todos aqueles que a lêem. Para além disso, tem uma componente formativa, que é transversal a todas as secções, nomeadamente os dirigentes e pretende ser o veículo transmissor da linha de pensamento e de actuação do CNE, no seu interior e para a sociedade civil” (Apêndice 1).

Dinâmica e vocacionada para todos os escuteiros, tenham estes seis ou 20 anos, a revista Flor de Lis há mais de 10 anos que adoptou, nas páginas centrais, quatro pequenos suplementos destinados a cada uma das quatro secções.

Duas páginas, quatro folhas, muita cor e as matérias que interessam às várias crianças e jovens, uma vez que até aparecerem estes suplementos, a Flor de Lis estava “estruturada em função dos adultos, especialmente os dirigentes” (idem), referiu o dirigente, esta revista é agora feita pelas crianças e jovens e em função dos mesmos.

¹³ Indaba = reunião de chefes.

¹⁴ Dirigentes = chefes.

A publicação destes suplementos pretende que cada secção faça a colecção dos vários exemplares, a qual será disponibilizada aos seus elementos¹⁵, como um meio de consulta, uma vez que, nestas páginas, predominam as questões técnicas e práticas da aplicação do método, demonstrando assim, uma preocupação constante por ir de encontro ao seu público-alvo, criando alternativas atractivas a cada idade.

3.2 Géneros Jornalísticos

Quando se fala em jornalismo, constantemente, são abordados ou recordados os chamados géneros jornalísticos: editorial, reportagem, entrevista, crónica, notícia e artigo de opinião, análise, entre outros. No entanto, quando nos debruçamos um pouco sobre este assunto, com o intuito de os definir de forma individual, apercebemo-nos que, no seu conjunto, estes géneros jornalísticos estabelecem, entre si, fronteiras muito ténues, ao ponto de, por vezes, ser difícil definir determinadas peças, considerando-as, na dúvida, notícias.

“Porém, os géneros jornalísticos não têm fronteiras rígidas e, por vezes, é difícil classificar uma determinada peça, até porque, consideradas estrategicamente, todas as peças jornalísticas são notícias, especialmente se aportarem informação nova.” (Sousa, 2001)

3.2.1 Editorial

O género editorial pode ser descrito como um género jornalístico argumentativo que dá conta de um posicionamento colectivo de um jornal sobre um determinado assunto da actualidade. Este é da responsabilidade da direcção do órgão em questão, ou de alguém, em que esta depõe a sua inteira confiança.

O Editorial deve estar em conformidade com a linha editorial do jornal ou revista. Nem todos os assuntos devem ser abordados neste género jornalístico antes de mais, este deve ter a preocupação de ser sensível ao seu público e às várias correntes de opinião, nunca tendo a pretensão de que a sua opinião é uma verdade absoluta. Por este motivo, os temas eleitos para abordagem neste género jornalístico devem, por algum motivo, suscitar repercussões nos processos de decisão das massas.

¹⁵ Elementos = cada uma das crianças ou jovens que pertencem à associação.

O seu posicionamento no órgão de comunicação deve ser um local de destaque e de dignificação, daí que este género jornalístico se encontre, quase sempre, na primeira página, ou se for o caso, nas páginas denominadas de «páginas editoriais».

Um Editorial pode ser entendido como uma expressão de cidadania num Estado de direito democrático e, por este motivo, este género permite analisar, argumentar e relacionar factos passados e presentes.

“Um editorial é, portanto, uma expressão de cidadania num estado de direito democrático. Num editorial comenta-se, analisa-se, argumenta-se, relacionam-se factos, estabelecem-se esclarecidamente significados para os acontecimentos e ideias da actualidade e até se podem exortar os leitores a fazerem determinados coisas, como votar num determinado partido ou candidato.” (Sousa, 2001)

Inerente a estas características, o Editorial pressupõe sempre uma conclusão, a expressão final e clara sobre o ponto de vista do seu autor. Deste modo, quaisquer que sejam os argumentos do editorialista¹⁶, estes devem ser devidamente contextualizados e alicerçados.

A sua linguagem deve ser clara, sem qualquer tipo de ambiguidades, com argumentos alicerçados e pertinentes. Este deve ser escrito de forma viva e agradável, podendo recorrer, quando necessário para melhor compreensão do leitor, a comparações, analogias e contraposição de ideias. Contudo, devem ser evitadas demasiadas citações, cifras e o tom doutoral.

O editorialista não pode, nem deve ser dogmático, arrogante ou radical, antes porém deve cultivar o valor da moderação e o respeito pelas posições adversas, apresentando e analisando as várias opiniões, escrevendo apenas sobre os assuntos que sabe e domina.

O Editorial é, ainda, um dos géneros jornalísticos que, por norma, respeita a regra dos três tempos, ou seja, introdução, desenvolvimento e conclusão.

Tendo como fonte Luiz Beltrão e Jorge Pedro Sousa, o qual se havia baseado numa obra de Wolseley e Campbell¹⁷, podemos classificar os editoriais de várias formas: quanto ao assunto, preventivos (vários aspectos), de acção (um acontecimento e suas causas) ou de

¹⁶ Editorialista = Autor do Editorial

¹⁷ Wolseley e Campbell (1943) – Exploring Journalism. New York: Prentice Hall.

consequência (esclarecimento sobre consequências de um acontecimento); quanto ao conteúdo, informativos (esclarecendo pormenores e revelando aspectos escondidos), normativos (tentativa de conduzir o leitor a algo) ou ilustrativos (tentativa de instruir ou entreter o leitor); quanto ao estilo, intelectuais (apelam à razão) ou emocionais (apelam às emoções); quanto à natureza, promocionais (habitual do meio de comunicação), circunstanciais (resultam de uma eventualidade) ou polémicos (afirmação de uma posição do jornal; mistos (congregam várias das características anteriormente referidas);

Para este estudo vou tomar como exemplo o Editorial da revista número 1156, intitulado «Preparando o futuro», o qual me proponho a analisar segundo as características do Editorial que apresentei nos parágrafos anteriores.

Como comecei por enunciar um Editorial deve estar em conformidade com a linha editorial do jornal ou revista onde se insere, bem como é da responsabilidade da Direcção do mesmo. No que respeita a este artigo, o mesmo está de acordo com estas características, uma vez que foi escrito pelo director da revista «Flor de Lis» o dirigente José Araújo. Por outro lado, no que respeita à linha editorial, também ela é respeitada neste artigo, já que o assunto abordado diz respeito à descrição, divulgação e análise de três propostas apresentadas em Conselho Nacional¹⁸, “são dois documentos de importância vital para o futuro da nossa associação, e por isso mesmo, é importante (...)”, (Araújo, 2006).

Quanto à posição de destaque do mesmo, mais uma vez se pode afirmar que este está em conformidade com as características do Editorial, já que o mesmo se encontra localizado na página número um da revista.

A terceira regra que apresentei na definição do género editorial definia que o mesmo deve ser uma expressão de direito democrático, utilizando para tal a argumentação e permitindo o analisar e relacionar de factos. Ao longo de todo o artigo, o autor apresenta e explica as três propostas, bem como argumenta para a necessidade de intervenção na discussão dos mesmos por todos aqueles que se afirmam escuteiros.

¹⁸ Conselho Nacional: O Conselho Nacional é uma reunião onde têm assento todos os dirigentes do escutismo, a nível nacional. Estas reuniões servem para discutir assuntos de interesse geral, bem como aprovar ou discutir propostas relacionadas com a vivência do movimento.

Indo mais longe e percebendo até que ponto os argumentos deste autor são pertinentes ou não, de modo a justificar a abordagem e pertinência deste tema no Editorial, analisemos o sétimo parágrafo, no qual José Araújo afirma que:

“A Renovação da Acção Pedagógica, pela sua importância, requer uma atenção muito especial. Ao revermos todo o processo – que terá na formação dos dirigentes uma quota parte importante – não podemos desviar-nos do preconizado por B.P., sob pena de transformamos o Escutismo em clubes de jovens. Não nos podemos esquecer que educamos jovens para a cidadania, com Valores e Ideais. Isso implica responsabilidade, criatividade, o sentido do outro e de Deus”. (Araújo, 2006)

Além deste parágrafo nos revelar a pertinência da sua abordagem, o mesmo nos mostra que foi utilizada uma linguagem simples e apelativa, demonstrando aquele que podemos considerar ter sido o objectivo principal do autor, ou seja chamar a atenção do leitor para um assunto que o mesmo considera ser de extrema importância.

Sem querer assumir uma posição radical ou dogmática, José Araújo termina o seu artigo, recorrendo a uma expressão da autoria do fundador do escutismo, BP, a mesma que ao longo dos tempos se assumiu como o propósito do escutismo “Deixar este Mundo um pouco melhor do que o encontramos” e que podemos considerar como sendo a conclusão do artigo.

Deste modo, mais uma vez, o artigo cumpre com uma regra do editorial, a regra dos três tempos, ou seja, introdução, desenvolvimento e conclusão.

Por fim, vamos perceber se o mesmo se integra nas características gerais do editorial e, respectivas, classificações:

Assunto	Preventivo
Conteúdo	Informativo
Estilo	Emocional
Natureza	Promocional

Quadro1: Classificação do editorial

3.2.2 Reportagem

“É a construção de uma história em que o jornalista, a partir de determinado acontecimento, tenta conhecer todos os factos possíveis sobre determinada realidade, todas as pessoas nela envolvidas. É antes do mais tentar perceber o que aconteceu. Mas isso só por si não chega. É preciso escrever essa realidade, esses factos e essas pessoas num texto onde tudo tenha espessura, textura, e onde quem lê sinta que está “lá”, perceba o que aconteceu, quem são as pessoas envolvidas, porque fizeram o que fizeram” (José Vegar [sd])

O género jornalístico denominado reportagem é assumido por grande parte da classe profissional dos jornalistas como o género nobre do jornalismo, o género jornalístico por excelência.

A reportagem tem como “principal objectivo informar com profundidade e exaustividade contando uma história” (Sousa, 2001), sobre um determinado acontecimento, pessoa, local ou região. A finalidade é que o leitor se sinta parte da história, quase como sendo um dos personagens que a vive de forma indirecta.

Na reportagem podemos abrigar quase todos os outros géneros jornalísticos, uma vez que o espaço desta é apropriado para expôr causas e consequências de um acontecimento, contextualizar, aprofundar e interpretar o mesmo, num estilo vivo que aproxima o leitor ao jornalista.

“(…) um género jornalístico híbrido que vais buscar elementos à observação directa, ao contacto com as fontes e à respectiva citação, análise de dados quantitativos, a inquéritos, em suma, a tudo o que possa contribuir para elucidar o leitor.” (Sousa, 2001)

A reportagem pode mesmo ser definida como uma narrativa contendo, por este motivo, acção, personagens e ambientes, diferenciando-se apenas pela sua estreita relação para com a factualidade e objectividade.

“A reportagem jornalística é uma narrativa como a literária, contendo personagens, acção e descrições de ambientes, mas separada desta unicamente pelo seu compromisso com a objectividade da informação”, (Sodré e Ferrari, 1986).

De acordo com estes dois autores podemos ainda enumerar algumas características das reportagens, ou seja, a humanização do relato, texto impressionista, predominância da narração e factualidade da narrativa.

Uma vez que o acontecimento é o coração da reportagem, na redacção da mesma, o jornalista pode incluir os dados sobre como foi realizada a recolha da informação, permitindo ao leitor sentir-se, ainda mais, parte da reportagem.

Escrever uma reportagem é acima de tudo contar uma história, sendo passível de se afirmar que “a reportagem é o conto jornalístico – um modo especial de propiciar a personalização da informação ou aquilo que também se indica como interesse humano” (Sodré e Ferrari, 1986).

Porque este género jornalístico pode ser interpretado como um conto, o profissional antes de avançar para a sua redacção deve ter a certeza de que aquela história merece, realmente, ser contada. Este deve, desde logo, documentar-se sobre o assunto e estudá-lo de forma aprofundada, fazendo sempre por recorrer às melhores fontes de informação, até porque, na verdade, a realização de uma boa reportagem depende, praticamente, do desempenho do jornalista, da sua preparação, do seu domínio sobre o assunto e da sua capacidade de trabalho e de comunicação.

Se dispuser de tempo, o jornalista deve fazer a elaboração prévia de um roteiro para a elaboração da reportagem. Contudo, este não se pode limitar ao plano, pois as circunstâncias em que ocorre o tema em investigação podem alterar-se a qualquer momento, uma vez que o profissional está a interpretar a realidade, a qual está em constante mutação.

Por este motivo, o jornalista deve estabelecer limites para a reportagem, limites estes que deverão ter características temporais, espaciais e documentais, uma vez que, de outro modo caso não o faça, a reportagem pode nunca mais ter um fim lógico. Ou seja, o profissional não deve desviar-se do seu objectivo e da linha condutora para o desenvolvimento do tema.

No entanto, Jorge Pedro Sousa chama a atenção para que o jornalista não se constranja pelo tempo na planificação da sua reportagem, mas sim “a realidade, sempre em mutação, com que o jornalista se vai confrontar é que deve determinar, em última instância, o conteúdo e a forma da peça, o enquadramento da reportagem”.

Uma vez que a acção é o conceito central da reportagem, esta pode, e mais uma vez segundo Jorge Pedro Sousa, assumir várias classificações. Desta forma quanto à origem podem existir reportagens: de rotina (agendadas na véspera); imprevista (o “verdadeiro” acontecimento);

planificada (agendada e planificada com antecedência); Quanto à enunciação podemos apontar reportagens de: primeira pessoa (perspectiva pessoal do repórter); terceira pessoa (o repórter assume uma perspectiva de um observador externo da realidade); Quanto ao tipo existem reportagens: de acontecimentos (o tema central é um acontecimento específico); de personalidade (tema central é uma pessoa); temática (tem um determinado tema, sendo trabalhada por jornalistas especializados. Este tipo de reportagens pode integrar características dos dois tipos anteriores, ou de apenas mais um); mista (integra todas as características dos tipos anteriores); Quanto ao tamanho podem existir reportagens: curtas; grande reportagem (bastante extensiva e que pode estar subdividida por vários sub-temas). Quanto a características estéticas e formais existem reportagens: narrativas (conta-se uma história); descritiva (caracteriza-se e descreve-se algo); explicativa (baseia-se em citações); mista (pode englobar até todas as características apontadas anteriormente); Quanto à linguagem podemos ter reportagens: informais (linguagem coloquial); formais ou especializadas (vocabulário técnico, específico e especializado);

A reportagem distingue-se assim dos demais géneros jornalísticos uma vez que esta os abarca a todos, ou seja desde a investigação, à entrevista, opinião, imagem e informação detalhada e especializada, podemos encontrar de tudo um pouco na reportagem. No entanto, o jornalista tem de encontrar um foco para se concentrar, evitando a dispersão, ou seja tem de impor limites para a sua pesquisa, não perdendo de vista a linha de desenvolvimento do seu tema.

Em imprensa, ou seja jornais e revistas, a reportagem diferencia-se dos demais géneros, uma vez que no espaço a ela destinado pode ser encontrado além do texto geral a desenvolver, descrever e analisar um determinado tema, caixas de texto com informação adicional, imagens ilustrativas e opiniões.

Para além da característica anteriormente referida que permite à reportagem distinguir-se dos demais géneros jornalísticos, existe algo mais, uma vez que “a vivência do jornalista durante a actividade de recolha de informações pode ser englobada na reportagem” (Sousa, 2001), ou seja o jornalista tem a possibilidade de narrar os factos como se estivessem a acontecer, bem como reportagem incluir todos os pormenores e singularidades com que o autor se deparou no decorrer da recolha de informação “permitindo ao leitor a imersão na acção” (idem).

No âmbito deste trabalho tomei como exemplo a reportagem da revista nº 1156 intitulada «Escutismo e deficiência: Basta passar a ponte», da autoria de André Spencer (texto e fotos).

Esta reportagem inicia-se com um lead bastante informativo, a partir do qual é introduzido o tema a ser tratado pela reportagem e a importância da sua abordagem no contexto da própria revista, como se pode comprovar na transcrição seguinte:

“Quando Robert Baden-Powell idealizou o movimento escutista, há cerca de um século atrás, definiu-o como “um Movimento aberto a todos, sem distinção de origem, credo ou raça”. Esta característica está, aliás, bem patente no documento “Características essenciais do Escutismo” publicado pela Organização Mundial do Movimento Escutista. E não deixa de ser aparentemente verdade que isso também acontece em Portugal, mesmo no que diz respeito aos jovens com deficiência. Segundo dados de 2002, recolhidos pelo Departamento Nacional de Escutismo para a Integração (DNEI – entretanto extinto), existiam à data 270 escuteiros portadores de deficiência em Portugal – concentrados sobretudo nas duas grandes urbes”.

Este lead, que pode ser definido como um Soft-lead ou Lead indirecto¹⁹, introduz o tema da reportagem de uma forma indirecta chamando a atenção do leitor, que geralmente é escuteiro, para uma determinada temática que adquire grande importância quer pelas suas próprias características, quer pelo contexto em que está inserida. O autor justifica a importância do seu tema nas palavras do fundador do movimento, dando assim uma maior credibilidade ao teor da peça que pretende que o leitor leia.

Como referi, uma das principais características da reportagem é o facto desta, facilmente, se confundir com um conto, onde existem personagens, acção e clímax. O exemplo escolhido retrata-nos isso mesmo, uma vez que logo no primeiro parágrafo do texto, é-nos apresentado o «personagem principal»: “O Eduardo de 9 anos, é um deles. É portador de Trissomia 21 (também conhecida por Síndrome de Down) (...) Mas isso não o impediu de ser escuteiro.”

Deste modo, logo no primeiro parágrafo da reportagem o leitor é como que «introduzido» numa história cujo círculo se fecha em torno de um personagem central, o Eduardo, um exemplo real da temática que se pretende abordar com esta reportagem, que é a doença de Trissomia 21.

¹⁹ Soft-lead ou lead indirecto: tipo de lead que prepara o leitor para a obtenção da informação mais importante. Maioritariamente das vezes este tipo de lead é utilizado quando se aborda um assunto mais interessante, curioso ou insólito. Ao redigir um soft-lead pode-se explorar um cenário, evidenciando a ironia ou extravagância de uma situação, retratar uma pessoa, relatar um pormenor, etc. A verdade é que para a redacção do mesmo a criatividade é fundamental.

Ainda no primeiro parágrafo apercebemo-nos que a história se desenvolve à custa de alguns personagens secundários que assumem um papel de grande importância na acção principal da história, refiro-me a Dina, a mãe de Eduardo e os vários dirigentes que foram acompanhando a integração do pata tenra²⁰ na Alcateia²¹.

Como foi referido anteriormente, escrever uma reportagem é como que contar uma história que, de certo modo, permite personalizar a informação²² e que, por este motivo, o autor deve documentar-se de modo a ter a certeza de que a história merece ser contada, que possui interesse humano.

Se nos debruçarmos nos parágrafos dois, três e quatro do texto aqui em análise, facilmente constatamos de que o autor, André Spencer, necessitou de fazer pesquisa e investigação sobre o tema que aborda. Nestes três parágrafos o leitor é colocado ao corrente do passado, presente e futuro do protagonista, das suas dificuldades de integração, de que forma as conseguiu superar, sendo hoje apenas um dos 71 lobitos deficientes de todo o país e estando prestes a passar para o Grupo Explorador²³. Em algumas linhas, o autor faz-nos uma viagem guiada pela vida do Eduardo descrevendo-nos alguns episódios porque passou até se conseguir integrar no escutismo.

Deste modo, o autor prova ao leitor que ainda existe uma falta de preparação por parte de alguns dirigentes e animadores do movimento e até da população em geral para acolherem crianças com deficiência. Não dando as conclusões todas, o autor coloca o leitor a pensar deixando uma questão no ar, através de uma pergunta retórica: “E quem sabe se alguns não terão sido rejeitados à entrada?”.

No entanto, esta reportagem pretende informar e não apenas denunciar uma situação. Por este motivo, o autor chama a atenção para o papel da formação para a deficiência, no contexto da ligação entre esta e o Escutismo, através de uma abordagem da realidade da deficiência infantil em Portugal, bem como da sugestão de algumas acções de formação que poderão ajudar os dirigentes a lidar com este tipo de situações. Este rol de informações aqui

²⁰ Pata Tenra: designação utilizada para as crianças que integram pela primeira vez a primeira secção, ou seja que ainda não têm a promessa (cerimónia escutista que permite a crianças e jovens, perante Deus e os Homens darem provas e comprometerem-se de que são merecedoras de receber o respectivo lenço e serem escuteiras).

²¹ Alcateia: nome dado à primeira secção que contempla crianças dos 6 aos 10 anos.

²² Consultar página 39 parágrafo 2º.

²³ Grupo Explorador: nome dado à segunda secção que contempla crianças dos 10 aos 14 anos.

disponibilizadas pelo autor justificam mais uma vez que este artigo é uma reportagem, uma vez que sugerem que existiu estudo e investigação, duas regras base deste género jornalístico.

Ao definir as características da reportagem referi que a mesma pode, no espaço a ela destinado, fazer uso de imagens e caixas com informação adicional. Mais uma vez, este artigo cumpre com estes referentes, apresentando ao leitor uma caixa de texto com informação referente à doença «Trissomia 21», colocando e respondendo às seguintes questões: O que é a Trissomia 21?; Como tratar?; Quem posso contactar? Além desta caixa de texto, nas duas páginas referentes à reportagem, o leitor encontra ainda fotografias ilustrativas do tema do artigo, neste caso, dando especial realce ao personagem principal, o Eduardo.

Outra das marcas deste artigo que me leva a considerar o mesmo como uma reportagem é o facto da mesma ter o sentido da acção permitindo-nos classifica-la segundo os termos acima referidos, como poderemos ver no quadro seguinte:

Origem	Planificada
Enunciação	Primeira Pessoa
Tipo	Personalidade
Tamanho	Curta
Características Estéticas e Formais	Mista (narrativa, descritiva e explicativa)
Linguagem	Informal

Quadro 2: Classificação da reportagem

3.2.3 Entrevista

A entrevista pode ser considerada um género jornalístico quando apresentada isoladamente ou como parte importante de uma peça jornalística. “Esta asserção justifica-se pela presença constante de elementos de entrevista em notícias e reportagens” (Sousa, 2001).

Enquanto género jornalístico, a principal técnica de recolha de dados junto de fontes humanas é a entrevista. No entanto, e porque esta é uma técnica utilizada em demais géneros

jornalísticos, como já foi referido, esta deve ter factores de distinção da entrevista enquanto técnica.

A principal forma de cumprir com o supra o referido é realizando a transposição fidedigna das perguntas e respostas feitas no decorrer da entrevista, sendo que a pergunta deve sempre anteceder a resposta.

Na grande maioria das entrevistas o principal objectivo é revelar a personalidade de um determinado actor social ou dar a conhecer, ao público, o ponto de vista do mesmo sobre um assunto que, pelas suas características, tenha interesse para a opinião pública.

Para que o jornalista consiga realizar uma boa entrevista, este deve realizar uma boa preparação da mesma, bem como ter um bom domínio do assunto que pretende abordar. O profissional tem de ter a capacidade de conduzir a entrevista para onde quer e não deixar-se conduzir pelo entrevistado, o que apenas se consegue com base na preparação. Ao mesmo tempo, o jornalista deve tudo fazer para conquistar a confiança do entrevistado.

“Um bom entrevistador consegue levar o entrevistado a sentir-se importante e a ter noção de que as suas informações são cruciais. Desta forma, o entrevistado tende a dizer mais do que diria” (Sousa, 2001)

Apesar de deixar que o entrevistado sinta que está a conduzir a entrevista, o jornalista deve ser fiel à linha condutora que estabeleceu para a entrevista, mantendo uma lógica durante todo o processo e discurso do entrevistado.

Posteriormente, na elaboração e transcrição da entrevista, o jornalista deve intervir o menos possível no discurso do entrevistado, realizando alteração se necessário apenas por motivos de ordem gramatical, ou com o intuito de organizar e dar mais lógica ao texto. Contudo, existem pormenores que deverão ser eliminados do discurso como é o caso da gíria, calão e populismos utilizados pelo entrevistado.

Outras regras para uma boa entrevista apontadas por Jorge Pedro Sousa são o facto de “mais do que falar, o jornalista deve pôr a falar. (...) Antes da entrevista propriamente dita, é conveniente manter uma pequena conversa que amenize a situação”. Este autor chama, ainda, a atenção para, ao contrário do que por vezes se possa pensar o “uso do gravador é

facultativo”, bem como “um bom entrevistador deve evitar intimar o entrevistado”, não caindo no erro de assustar a pessoa que tem na sua frente, fazendo com que esta não diga, tudo o que diria, se sentisse à vontade. Contudo, para que não surjam erros ou questões mal explicadas, o jornalista não deve ter vergonha de perguntar seja o que for, quando não perceber ou tiver dúvidas.

Tal como os outros géneros jornalísticos, também as entrevistas se podem classificar de várias formas. Para esta análise vou-me basear na classificação elaborada por Erbolato em 1985.

Quanto à origem as entrevistas podem classificar-se: de rotina (do dia-a-dia) ou caracterizadas (grande importância e destaque num jornal). No que respeita ao estilo estas podem considerar-se: pergunta-resposta (à pergunta do jornalista sucede, sempre, a resposta do entrevistado) ou discurso directo (as perguntas são incluídas no texto, funcionando como citações). Quanto aos entrevistados, as entrevistas podem ser: individuais (um único entrevistado) ou de grupo (a vários entrevistados). Quanto aos entrevistadores estas podem classificar-se: colectivas (ex: conferência de imprensa) ou pessoal/exclusiva (de um ou vários entrevistados a um único entrevistador). No que respeita ao tipo, estas adquirem as seguintes definições: de personalidade (revelar um modo de ser, personalidade ou vida de uma pessoa), de declarações (o objectivo é a obtenção de declarações sobre um determinado assunto), mista (reúne elementos da entrevista de personalidade com a entrevista de declarações), inquéritos (as perguntas são respondidas por várias pessoas) ou mesa-redonda (várias declarações são debatidas por vários participantes, num debate moderado por um jornalista. Quanto ao tamanho, estas podem ser: curtas (de pequena dimensão) ou grande entrevista (de grande dimensão).

A redacção de uma entrevista obedece a uma regra básica: título – entrada – corpo da entrevista. No título referencia-se o entrevistado e uma afirmação de realce. Na entrada, deve proceder-se à identificação do entrevistado, bem como esclarecer-se o porquê daquela entrevista ou dar destaque a algumas afirmações mais pertinentes, proferidas pelo mesmo. Por fim, o corpo da entrevista refere-se à entrevista propriamente dita.

Tendo em conta que o objectivo desta investigação é dar provas de que a revista «Flor de Lis» é, realmente, um órgão de comunicação social, vou agora proceder à análise de uma peça que

afirmo ser uma entrevista. Este artigo, é retirado da revista nº 1156 e intitula-se «A tecnologia como ferramenta de apoio à deficiência», da autoria de André Spencer (texto e fotos).

Quando comecei por definir a entrevista enquanto género jornalístico, atrevi-me a afirmar, com base em afirmações sustentadas por outros investigadores, que a mesma só o é quando apresentada de forma isolada ou como parte integrante de um outro género. Como tal, este artigo obedece às duas regras, uma vez que embora surja de forma isolada, o mesmo vem complementar uma reportagem, já aqui analisada²⁴, dando informações mais alargadas e técnicas da importância da tecnologia na abordagem à deficiência.

Uma outra regra prende-se com o facto de que no lead se deve proceder à identificação do entrevistado e da relevância para a execução da entrevista. Neste artigo esta regra foi cumprida, vejamos:

“A professora Margarida Almeida é docente da licenciatura em Novas Tecnologias da Comunicação da Universidade de Aveiro, curso no qual ela própria se licenciou. Está de momento a concluir o seu doutoramento, cuja tese diz respeito ao uso da tecnologia ao serviço dos portadores de Trissomia 21. Vamos conhecer melhor este exemplo de Escutismo na sociedade civil.”

Na definição da entrevista enquanto género jornalístico distinguindo-se da entrevista enquanto técnica de obtenção de informação, assinalei a transposição fidedigna das perguntas e respostas, em que a pergunta antecede a resposta como a grande marca diferenciadora. Neste artigo esta regra é cumprida, bem como se percebe que o jornalista não realizou grandes alterações no discurso do entrevistado.

Um outro exemplo de como esta entrevista cumpre, quase integralmente, com as regras de uma entrevista enquanto género jornalístico, é o facto desta ter como principal objectivo focar o ponto de vista de um determinado actor social²⁵ num assunto que o entrevistador julga ser de interesse da opinião pública, ou seja demonstrar e fundamentar a importância da tecnologia como forma de ajudar crianças com necessidades especiais, como se pode comprovar na primeira pergunta-resposta.

²⁴ Referi-mo à reportagem intitulada «Escutismo e deficiência: Basta passar a ponte».

²⁵ O acto social deste artigo é o próprio entrevistado, ou seja, Margarida Almeida.

“(…) de que forma é que a tecnologia pode ajudar crianças com necessidades especiais?

Há diferentes formas. No caso específico da Trissomia 21, talvez o maior benefício seja a nível da motivação para a aprendizagem. Existem diferentes estudos que nos indicam que as crianças têm uma grande motivação para focar a atenção quando estão a realizar tarefas no computador. Esta questão da motivação é especialmente importante no contexto da Trissomia, porque uma das características das crianças trissómicas em ambiente de aprendizagem é designado por “evitamento cognitivo”: eles têm uma tendência para durante as situações de aprendizagem utilizarem esquemas de fuga baseados na sua grande capacidade social. (...)”

Por fim, e tendo como base a classificação das entrevistas apontada por Erbolato em 1985, vamos com base num quadro, perceber se esta entrevista se insere nesta classificação.

Origem	Caracterizada
Estilo	Pergunta-resposta
Entrevistados	Individual
Entrevistadores	Pessoal
Tipo	De declaração
Tamanho	Grande entrevista

Quadro 3: Classificação da entrevista

3.2.4 Notícia

“Enquanto género jornalístico, a notícia é, essencialmente, um pequeno enunciado reportativo, um discurso sobre um acontecimento recente, vários acontecimentos ou desenvolvimento de acontecimentos” (Sousa, 2001)

Desta forma, podemos considerar a notícia como o género mais básico do jornalismo. Esta representa uma informação nova e actual que se julga ter interesse para o seio da opinião pública.

No entanto, esta não estabelece, por si só, fronteiras rígidas com os outros géneros jornalísticos, uma vez que admite, no seu discurso, elementos das entrevistas, como as citações, bem como o seu tamanho pode variar muito, assumindo-se como uma pequena reportagem ou uma notícia desenvolvida.

Na redacção de uma notícia devemos ter grande atenção ao texto. Este, apesar de baseado na factualidade, deve, geralmente, comportar uma intenção de verdade e de rigor incitando à sua leitura. Contudo, “numa verdadeira notícia são sempre relatados factos, sob a forma de descrições ou citações (...)”, os quais deverão apenas “servir de pretexto para a análise e, frequentemente, fazem-se correlações de factos”(idem).

Recentemente, começamos a ouvir falar num outro tipo de notícia, a «notícia criativa». Neste tipo de notícias a informação é dada de forma leve e rápida, em tom irónico, bem-humorado ou misterioso, mas pautando-se sempre pela elegância e respeito. Estas são normalmente escritas na primeira pessoa, de forma subjectiva, pessoal e impressiva, estabelecendo estreitos laços com o leitor.

Entre muitos outros exemplos, escolhi para análise neste trabalho e mais uma vez com o intuito de demonstrar que esta revista é um exemplo de jornalismo, a notícia da revista nº 1155, intitulada «São Jorge em Aveiro» da autoria de José Carlos Santos.

Nesta notícia começa-se por, num pequeno lead destacado por uma cor diferente do corpo de texto, revelar o porquê daquela notícia, dizendo “realizaram-se, no passado dia 23 de Abril, as comemorações do dia de S. Jorge, da nossa Região”.

Ao longo de todo o texto, fazendo uso de uma linguagem apelativa que impulsiona à leitura, o autor, baseado na veracidade dos factos vividos, informa o leitor do que verdadeiramente aconteceu e da forma como que se passou.

Relatada na primeira pessoa, mas tendo em conta a realidade do acontecimento, o autor não fez uso de entrevistas, utilizando apenas descrições que aliadas às fotografias, permitem ao leitor ter uma ideia concreta do que se passou. Tendo em conta, que o publico-alvo desta revista é, maioritariamente, escuteiros, estes têm, com base nesta notícia, conhecimento de uma actividade ou de uma nova forma de viver um dia por todos festejado²⁶.

²⁶ O dia de São Jorge é, normalmente, comemorado a nível nacional pelos exploradores, uma vez que São Jorge é o patrono desta secção.

3.2.5 Artigo de Opinião e Crónica

Ao longo deste capítulo fiz uma definição e caracterização de algumas peças de cariz jornalístico, as quais são definidas e denominadas segundo as suas especificidades e características sendo conceptualizadas segundo determinadas denominações.

Contudo, para além das categorias que anteriormente foram referidas, existem muitas outras peças jornalísticas que devido à sua estrutura e características não são passíveis de serem integradas em nenhuma dessas mesmas denominações, acabando por serem denominadas de Artigos de Opinião ou Crónicas.

3.2.5.1 Artigo de Opinião

“Denominam-se artigos as peças de cariz jornalístico que não se enquadram nos restantes géneros nem se podem situar na zona nebulosa das fronteiras que estes últimos estabelecem entre si”. (Sousa, 2001)

Os Artigos de Opinião distinguem-se dos restantes géneros jornalísticos uma vez que são dominados por características explicativas, interpretativas e, por vezes, persuasivas. Escritos por uma determinada pessoa, estes assumem a perspectiva do seu autor, reflectindo, por este motivo, uma forte componente subjectiva e pessoal. Nos artigos, o articulista²⁷ tem como principal objectivo partilhar com o público a sua perspectiva e opinião pessoal sobre um determinado tema que considere ser do interesse das massas, da opinião pública ou de determinado público-alvo a que se dirige.

A pertinência do tema em conjunto com a forma como o artigo está escrito, ou seja de forma cativante, expressiva e comunicativa, vão determinar o sucesso do artigo, daí que o seu autor deve ter muita atenção ao tema escolhido, bem como à forma e argumentos que vai utilizar.

Na sua essência, um Artigo de Opinião pretende “opinar, por vezes com intenção persuasiva, para convencer ou levar à acção, para converter e ganhar partidários” (idem). Estes seguem as linhas do autor e da actualidade, contribuindo para o debate de ideias e formação de opinião pública, na qual, mediante a credibilidade e notoriedade do seu autor podem exercer grande influência.

²⁷ Articulista: aquele que escreve o artigo, o autor.

Não fornecendo, na maioria das vezes, informações novas ao leitor, os Artigos de Opinião limitam-se a examinar, analisar, comentar e interpretar os acontecimentos e problemáticas da actualidade, segundo o olhar do seu autor.

Para finalizar, um Artigo de Opinião não obedece a qualquer periodicidade, mas tem de ser sempre assinado.

Tendo em conta o objectivo deste trabalho vou analisar o Artigo de Opinião, inserido na rubrica «Indaba» na revista nº 1157, intitulado lado «Castigo: Valor Educativo», da autoria da dirigente Célia Franco.

Como referi anteriormente um Artigo de Opinião deve dar uma atenção especial à preponderância do seu tema e consequente interesse do mesmo para o público. O artigo aqui em análise tem como tema central o «castigo», cuja relevância é apresentada pela autora nos quatro primeiros parágrafos, onde a mesma explica o porquê de ter escolhido o tema e qual a importância que o mesmo advém para a população em geral, mas dando especial destaque à importância que este deve ter para os «chefes-escutas»²⁸.

A autora termina a sua apresentação do tema com a uma justificação pessoal para a escolha do mesmo dizendo:

“Assim sendo, e porque penso que a nossa principal tarefa de chefes-escutas é a de educarmos e ajudarmos a crescer nos valores da nossa lei, proponho-me fazer uma breve reflexão sobre o castigo e seu valor educativo”.

Ao longo do artigo a autora explora o tema abordando definições existentes do termo, as suas origens, contextualizações possíveis da sua existência, analisa, interpreta, questiona. Ao questionar, Célia Franco cumpre com outra das características dos Artigos de Opinião, ou seja o suscitar ao debate, o lançar de pontos de vista contraditórios que colocarão as massas em discussão, ou mesmo em reflexão, como podemos observar no primeiro capítulo do entre-título «O castigo no processo educativo»:

“Pensar o erro como culpa levanta vários problemas e dúvidas que devemos reflectir:

²⁸ Chefes-escutas: termo que a autora escolheu para se referir aos dirigentes do CNE.

Quem pré-determina o que é ou não comportamento adequado?
Não poderá um comportamento ser adequado num contexto e não o ser noutro?
Será mesmo por culpa do indivíduo que ele tem determinado comportamento e não outro?”

Porque o principal público que a autora quer atingir são os dirigentes do escutismo, a mesma no seu artigo dedica um entre-título, aos mesmos, intitulado «O castigo no escutismo». Nestes parágrafos a autora volta a suscitar a discussão e o debate, recorrendo a algumas questões, bem como a palavras do fundador do escutismo que lhe darão a credibilidade necessária para que a mesma consiga persuadir o público de que o seu ponto de vista poderá ser o correcto.

Atendendo à análise realizada, bem como ao facto de ser um artigo que surge sem antecedentes e assinado (como exigem as regras), atrevo-me a afirmar que o mesmo se traduz num verdadeiro exemplo do que é um Artigo de Opinião.

3.2.5.2 Crónica

Não estabelecendo fronteiras rígidas com os restantes géneros jornalísticos, uma crónica é, na sua essência um artigo de opinião, uma reportagem ou um artigo de análise. No entanto, existem pequenas características que a definem, a retratam e lhe dão a verdadeira asserção do seu termo.

Deste modo, a crónica é um texto escrito em nome individual, que aparece de forma rotineira num jornal ou revista, sempre no mesmo dia da semana e na mesma página. Neste sentido o termo crónica designa tempo ou a actividade regular de um cronista.

“O cronista tem um espaço consagrado num periódico. Num determinado dia, numa determinada página, o leitor encontra sempre a crónica do mesmo cronista, seja ela uma crónica política, uma crónica social, uma crónica local, uma crónica desportiva, uma crónica policial (...)” (Sousa, 2001).

Contudo, uma crónica pode ter um outro significado, uma vez que esta pode ser apenas um espaço ocasional onde um cronista discursa de forma criativa sobre um assunto da actualidade ou sobre um determinado acontecimento, “onde conta uma história ou onde fala de factos curiosos” (Sousa, 2001).

Desta forma, o termo crónica designa um género jornalístico que se aproxima da literatura, uma vez que é exigido ao autor uma certa criatividade, fazendo para isso uma interacção entre a subjectividade e as suas próprias impressões e opiniões da realidade que descreve e analisa no papel.

Este tipo de crónica, pelo facto de fazer uso da criatividade e subjectividade estabelece fronteiras com outros géneros jornalísticos como é o caso da reportagem ou da notícia que se baseiam na factualidade.

As regras para a sua realização não são precisas nem inultrapassáveis. No entanto, “o texto deve ser comunicante e empático. Deve ler-se uma crónica com prazer. A realidade serve de pretexto à crónica, mas o texto deve ser imaginativo”, prendendo o leitor à leitura não por uma aceitação de opinião, mas sim porque existe uma estimulação à leitura.

Logo no início deste ponto referi que uma crónica é na sua essência um Artigo de Opinião. Esta afirmação justifica-se uma vez que estes géneros partilham as mesmas características distinguindo-se apenas pelo facto de que, enquanto a Crónica tem um carácter regular e periódico, o Artigo de Opinião não. Este surge esporadicamente.

No que concerne a crónicas, e porque este trabalho tem como objectivo a credibilidade, cientificidade e veracidade, não irei aqui analisar nenhuma crónica, uma vez que não existe, em nenhum dos três exemplares da revista utilizados para este trabalho, uma peça jornalística que se enquadre nas características de crónica.

Conclusão

Fazer Jornalismo é muito mais do que despejar letras em forma de texto, é levar algo novo, é partilhar histórias e aventuras, deixar factos narrados para a posteridade. E é isso que acontece neste meio de comunicação social: Jovens escrevem e partilham o que vivem e o que sentem, com o cuidado de cumprirem com as regras de jornalismo.

Ao realizar a presente investigação apercebi-me das inúmeras regras que regem ou deveriam reger o jornalismo, por vezes, pequenos aspectos e pormenores que nos fazem perceber a essência de tão nobre e antiga profissão, mas que, ao mesmo tempo, nos questionam sobre a actualidade da comunicação no nosso país e no mundo, questões nem sempre respondidas mas que levantam a dúvida e suscitam a discórdia.

Contudo, desde o início que o meu objectivo estava traçado: perceber e demonstrar se a revista Flor de Lis poderia ser considerada como um exemplo de jornalismo Temático.

Hoje sinto-me capaz de dar por concluída esta longa investigação e de afirmar que esta pode, verdadeiramente, ser considerada como tal, uma vez que a maioria das regras descritas nas dezenas de páginas anteriores se aplicam em cada página, em cada artigo desta revista.

É do conhecimento geral que o Estatuto Editorial é um documento que confere a qualquer órgão de comunicação social um carácter sério, na medida em que lhe impõe regras e linhas de orientação, a que todos os profissionais e colaboradores a ele ligados devem obedecer e por eles se orientar na realização dos seus trabalhos, sejam eles de redacção, edição ou direcção.

O Estatuto Editorial da revista Flor de Lis existe e é este que determina os objectivos e princípios da revista, os quais, posteriormente são determinantes na escolha das peças que preenchem as páginas da revista.

Contudo, não fiquemos por aqui e focar-nos-emos no segundo capítulo deste trabalho em que expliquei a estrutura desta revista e o modo como se repete a cada edição, o que nos faz aperceber do cuidado que existe em guiar o leitor, o qual já sabe o que encontrar e onde, em cada número da revista, como por exemplo um Artigo de Opinião na rubrica Indaba ou um

tema de debate na rubrica Reflexos. Estes pormenores, que por vezes parecem passar despercebidos, são muito importantes para determinar o sucesso de um órgão de comunicação social, na medida em que vão fidelizar o leitor e fazê-lo sentir parte da revista.

Por este motivo e consciente de que a organização e hierarquização são duas das regras-base do jornalismo atrevo-me a afirmar que mais uma vez a Flor de Lis demonstra um esforço em realizar jornalismo puro.

A essência do jornalismo, as peças, os artigos são no seu conjunto aquilo que me daria a base para atingir o meu objectivo, pois o que me interessaria ter organização, rubricas, imagens, Estatuto Editorial, se não tivesse o conteúdo?

Desta forma, o capítulo 3 e, em especial, o ponto 3.2 assumem nesta tese relevância e importância, visto que foi nesse momento que encontrei a maioria dos argumentos que me permitem afirmar de forma sustentada e científica que esta revista é um exemplo de jornalismo temático.

À excepção da crónica²⁹, ao longo das páginas das três revistas utilizadas para este trabalho, todos os géneros se encontram presentes cumprindo com, na generalidade, todas as regras inerentes a cada um deles, desde a estrutura nos editoriais – introdução, desenvolvimento, conclusão à investigação nas reportagens como ficou perceptível na reportagem intitulada «Escutismo e Deficiência, basta passar a ponte».

A factualidade e a neutralidade duas regras essenciais para a prática correcta do jornalismo são também duas regras das várias peças analisadas neste trabalho, visíveis quer nas notícias, quer nos editoriais e até mesmo nas reportagens, facto que, por vezes nos faz esquecer que as peças são escritas por escuteiros, o que de certo modo, as poderia tornar subjectivas.

A interactividade entre o meio de comunicação e o leitor é uma das novidades que ao longo dos anos temos vindo a assistir. Na revista Flor de Lis este é um dos aspectos que está já bem integrado na revista, na medida em que além de qualquer escuteiro ter a possibilidade de

²⁹ Chamo atenção para o facto de apesar de nestes três exemplares não se ter encontrado nenhuma crónica não quer dizer que esta não exista num outro qualquer número desta revista.

enviar os seus próprios artigos, existem rubricas que por si só questionam e interagem com o leitor, como é o caso do personagem Cusco que, a cada revista, coloca uma nova questão.

É por os motivos que enumerei nos parágrafos anteriores que considero que esta revista é um exemplo de Jornalismo Temático e que, a mesma, devido à sua origem, que ascende já a 83 anos, pode, realmente, ter sido pioneira, no nosso país, a fazer este tipo de jornalismo, uma vez que o Jornalismo Especializado/ Temático surgiu já no limiar do século XXI.

No entanto, e porque nunca é demais apostar em melhorias e novas formas de apresentação da revista, tenho algumas sugestões que julgo serem facilmente aplicáveis na revista «Flor de Lis».

Em primeiro lugar propunha uma maior divulgação deste Meio de Comunicação Social, ou seja fazer com que este deixasse de estar disponível apenas por assinatura, mas passasse, também, a estar disponível nas bancas, até porque como nos apercebemos, por exemplo no Artigo de Opinião intitulado «Castigo: Valor Educativo», alguns destes artigos poderiam suscitar interesse na sociedade em geral.

Tendo em conta que o Escutismo se afirma como um movimento que prepara os jovens para um bom exercício da cidadania ensinando-os a viver em sociedade respeitando-se uns aos outros, ao nível dos Artigos de Opinião e Reportagens propunha que fossem abordados temas mais vocacionados para os jovens escuteiros, temas mais simples e do interesse dos mesmos, que os impulsionassem à leitura e, quem sabe à escrita.

Ainda no contexto do impulso à escrita e porque o escutismo é também uma forma de educação, a minha sugestão passa por um maior incentivo aos jovens de todas as idades para que partilhem as suas histórias, as suas aventuras no escutismo, com por exemplo concursos de jornalismo, encontros da revista, encontros de jornalistas-escuteiros e muito mais.

Direccionado, especialmente, para o teor do jornalismo, julgo que era do interesse de todos fazer-se coberturas de eventos organizados e vividos por escuteiros, como ACANAC's³⁰, Promessas, Jantares, Aniversários, bem como alguns partilhados entres escuteiros e a

³⁰ ACANAC: Acampamento Nacional.

comunidade como feiras medievais, feiras etnográficas, procissões, Banco Alimentar. Na minha opinião, esta seria uma forma de tornar a revista ainda mais jornalística, uma vez que iria à procura da notícia.

Ao nível dos suplementos, julgo que também aqui se poderia inovar um pouco mais, começando pelo aumentar de páginas, pois julgo que haja muito mais para contar e ensinar sobre e para cada uma das secções, bem como tornando os suplementos mais atractivos, impulsionando os jovens a querer fazer, por exemplo, a colecção, pois só dessa forma teriam acesso a uma reportagem ou história completa.

Por fim, julgo que deveria ser dado mais relevo às Ordens de Serviço, na medida em que dada a importância que as mesmas assumem no contexto do mundo do Escutismo, estas acabam por surgir um pouco à deriva quando comparadas ao resto da revista, bem como muitos jovens não têm conhecimento da sua existência e significado.

Antes de dar por terminado este trabalho, gostaria de realçar que estas são apenas sugestões tendo em conta a minha opinião pessoal, que poderão não ser partilhadas, pois na generalidade, e como já referi, esta revista cumpre com as regras de jornalismo.

Deste modo, penso ser oportuno, finalmente, afirmar que a revista Flor de Lis é um exemplo de Jornalismo Temático, capaz de estar disponível ao público sem “envergonhar” o mundo do jornalismo, antes pelo contrário, ocupando um lugar digno do saber fazer e do saber estar nesta profissão, cumprindo com regras, desenvolvendo novas temáticas e estando a par das inovações que ocorrem ao longo dos tempos.

Bibliografia

Abiahy, A. (2000). Jornalismo especializado na sociedade da informação. [em linha]. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/abiahy-ana-jornalismo-especializado.pdf>. [consultado em: 01/02/07]

Alves, F. (2006). Decoração de Varas, *Revista Flor de Lis*, (nº1155/Junho), pp17-18

Alves, F. (2006). Escutismo na I Guerra Mundial, *Revista Flor de Lis*, (nº 1157/Agosto), p23

Amiga, L. e Audaz, T. (2006). Prontos para navegar, *Revista Flor de Lis*, (nº 1155/Junho), p III

Araújo, J. (2006). Preparando o Futuro, *Revista Flor de Lis*, (nº1156/Julho), p 1

Brazão, D. (2006). Técnica: Como escolher uma mochila, *Revista Flor de Lis*, (nº 1156/Julho), pp II-III

Correia, J. (sd). Jornalismo regional e cidadania. [em linha]. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-jornalismo-regional.pdf>. [consultado em: 01/02/07]

Erbolato, M. (1985). *Técnicas de Codificação em Jornalismo*. 4ª edição. Petrópolis: Vozes

Falcão, L. (2006). Essa “coisa” de ser caminheiro, *Revista Flor de Lis*, (nº 1156/Julho), pp I-II

Franco, C. (2006). Castigo: Valor Educativo, *Revista Flor de Lis*, (nº1157/Agosto), pp 4-6

História. [em linha]. Disponível em: <http://www.cne-escutismo.pt/CNE/Historia/>. [consultado em: 07/03/07]

Reis, J. e Maia, F. (2006). Memórias do CNE em Lourenço Marques, *Revista Flor de Lis*, (nº 1156/Julho), pp17-19

Revista Flor de Lis. (2006). Se numa mesma data se realizassem vários acampamentos (um regional, um nacional e um internacional), em qual das actividades optarias por participar?, (nº1155/Junho), pp 2-3

Revista Flor de Lis. (2006). Região do Algarve: Fundação e Inauguração do 1292, (nº 1156/Julho), p 22

Revista Flor de Lis. (2006). Jogo: Luta com Almofadas, (nº 1156/Julho), p II

Rodrigues, A. (1197). *O Campo dos media*. Lisboa, Veja

Santos, J. (2006). São Jorge em Aveiro, *Revista Flor de Lis*, (nº1155/Junho), p11

Sousa, J.P. (2001). *Elementos de Jornalismo impresso*. [em linha] Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt>. [consultado em 10/02/2008]

Sodré, M. e Ferrari, M.H. (1986). *Técnica de Reportagem. Notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo: Summus Editorial.

Spencer, A. (2006). Escutismo e deficiência: basta passar a ponte, *Revista Flor de Lis*, (nº 1156/Julho), pp10-11

Spencer, A. (2006). A tecnologia como ferramenta de apoio à deficiência, *Revista Flor de Lis*, (nº1156/Julho), pp 12-13

Vegar, J. (sd). De Alma e Coração. In: Sousa, J.P. (2001). *Elementos de Jornalismo impresso*. [em linha] Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt>. [consultado em 10/02/2008]

Apêndice 1

Identificação: *José Luís de Sousa Araújo*

Cargo na revista: *Director*

Sendo a Flor de Lis uma revista que trata extremamente de assuntos relacionados com escutismo, como está organizada a Redacção da Revista?

Conforme pode ver-se na ficha técnica, a redacção é composta pela Chefe de Redacção, que tem a primeira responsabilidade pela feitura da revista e, por isso, coordena todo o trabalho, desde a recepção do material até à sua revisão final e ordem de impressão à gráfica. Juntamente com ela, trabalham uma série de colaboradores permanentes: redactores, maquetistas gráficos, fotógrafos, correspondentes nas regiões, artistas gráficos, etc.,

Mensalmente, há uma reunião da redacção, de que fazem parte os colaboradores mais próximos – que constituem o corpo redactorial – presidida pelo director, onde é analisada a “grelha” para a revista do mês seguinte, previamente enviada a cada um dos membros do corpo redactorial.

Após a sua aprovação, tem início todo o processo de preparação da revista.

Os trabalhos escritos, depois de uma primeira leitura para análise gramatical, são enviados à maquetista gráfica, ao mesmo tempo que o designer gráfico produz os “bonecos” adequados aos trabalhos. Entretanto, as fotografias escolhidas para publicação, são trabalhadas por outro designer gráfico, especializado nesta área. Depois de tudo junto, a maquetista, compõe o grafismo da revista e segue para uma revisão final, feita pelo director e pela chefe de redacção. Após a concordância de ambos, a chefe de redacção dá ordem à gráfica para produzir os ???? que, depois de prontos, são enviados à chefe de redacção, para uma última verificação e ordem de impressão e envia a lista de assinantes, para a expedição da revista, que é feita pela gráfica .

Existem profissionais de Comunicação, nomeadamente de Jornalismo, responsáveis pela redacção e edição da revista?

Sim! A chefe de redacção é licenciada em jornalismo, é funcionária do CNE a tempo inteiro e, por acaso, não é escuteira. Para além dela, existe um outro licenciado em jornalismo, escuteiro, voluntário, ligado à Lisonline, mas que faz parte da equipa redactorial. Para além destes, a maquetista é profissional da área, trabalha em part-time e também não é escuteira,

os designers gráficos são profissionais da área, escuteiros, um deles é funcionário do CNE a tempo inteiro e o outro trabalha em part-time. Depois vêm os voluntários como é óbvio.

A parte gráfica fica assegurada por quem?

Como já foi referido, a parte gráfica é assegurada por uma profissional da área, em função de um esquema, ou grelha, definido pela equipa redactorial, por forma a dar-lhe uma imagem de leitura apetecível e de qualidade dos seus conteúdos. Periodicamente, esta imagem e conteúdos, são analisados pela equipa e melhorados.

Os temas e peças da revista são escritos por quem? Existem colaboradores? Qualquer escuteiro tem a possibilidade de enviar artigos para a revista?

*Os temas e peças da revista, como já dissemos, são escritos pela equipa de redacção, pelos colaboradores permanentes, por convidados, pelos correspondentes regionais e por aqueles que, espontaneamente, enviam matéria para publicação. Logo, qualquer escuteiro pode fazê-lo. A sua publicação, como é óbvio, depende da sua importância, qualidade e enquadramento nos objectivos e princípios da revista, definidos no **Estatuto Editorial da Flor de Lis**, que é publicado no início de cada ano civil.*

Ao ler a revista apercebemo-nos que existem temáticas que são sempre certas, tais como o Indaba, o Em Caminho, entre outras. Podia explicar como surgiu a ideia das mesmas?

*A ideia, foi a de habituar os leitores, a saberem encontrar “o quê” em cada lugar. Por exemplo, a rubrica **Indaba**, que quer dizer reunião de chefes, destina-se, exclusivamente, a temáticas relacionadas com os nossos dirigentes; o **Acha na fogueira**, é destinado aos artigos de opinião; o **Internacional**, tem a ver com as nossas relações com o estrangeiro; o **Aprender Fazendo**, aborda questões técnicas, que podem ser de temática escutista, ou não, desde que ensinem algo, aos jovens e aos adultos, etc..*

Existe alguma linha editorial porque se rege a revista Flor de Lis? Quais são os critérios a ter em conta na redacção das peças?

Sim! Cada edição da Flor de Lis, é de 10.500 exemplares, que pressupõe a sua visualização e leitura entre 20.000 a 30.000 pessoas, das quais, uma grande parte não serão escuteiros. Logo, a linha editorial tem de ser cuidada e, como não poderia deixar de ser, visa a divulgação, informação e formação do Movimento Escutista, particularmente a do Corpo Nacional de Escutas – Escutismo Católico Português, com base nos princípios e objectivos de

*contribuir, através do método e da nossa fé católica, para a construção do jovens, futuros cidadãos completos. Isto por um lado. Por outro, pretendemos que a revista possa, também, levar algo aos outros, introduzindo rubricas como a **Cultura em Revista** e o **Factual**, que são generalistas e não colidem com os seus princípios.*

A redacção das peças, obedece ao atrás exposto e a sua publicação, embora sendo da responsabilidade dos respectivos autores, têm a anuência do director, como não podia deixar de ser.

A Flor de Lis funciona como o grande meio de comunicação entre todos os escuteiros de Portugal. Deste modo, na sua opinião qual é a grande missão da mesma?

A missão da Flor de Lis, é a divulgação da vida da Associação aos associados e a todos aqueles que a lêem. Para além disso, tem uma componente formativa, que é transversal a todas as secções, nomeadamente os dirigentes e pretende ser o veículo transmissor da linha de pensamento e de actuação do CNE, no seu interior e para a sociedade civil.

Concorda que o facto de as ordens de serviço serem lançadas conjuntamente com a revista, conferem-lhe de certo modo, mais importância? Porquê?

Não, não concordo! Os Actos Officiais (Ordens de Serviço) só são publicados na Flor de Lis, por uma questão funcional e porque esta é o Órgão Oficial da Associação. Se não o fossem, a revista continuaria a valer, como vale, pela sua qualidade gráfica e de conteúdos.

Quem é que determina a estrutura deste meio de comunicação escrito?

A estrutura da revista, é concebida e definida pela equipa de redacção, que a submete à aprovação da Junta Central, no início de cada mandato.

Os suplementos centrais, destinados a cada uma das secções, surgiram em que ano? E com que objectivo?

O objectivo, foi o de abrir a revista aos jovens, com matérias do seu interesse. Até aí, a Flor de Lis, estava estruturada em função dos adultos, especialmente os dirigentes. Com a publicação destes suplementos, descartáveis da revista (caderno com quatro páginas por secção), pretende-se que cada uma delas coleccione o seu e sirvam de meio de consulta em qualquer ocasião, dado que, predominam as questões técnicas e práticas da aplicação do método.

Quais os projectos da Flor de Lis?

O projecto da Flor de Lis, no imediato, é o da procura constante para melhorar a sua qualidade a todos os níveis, aumentando o número de leitores.

Mas o projecto maior, é o de levar, a um preço muito baixo, a revista a todos os escuteiros, isto é, elevar a publicação para os 70.000 exemplares. É um projecto ambicioso, que não sabemos se conseguiremos levar a bom termo. Foram dados já, alguns passos nesse sentido, mas até à sua concretização, alguma água vai correr debaixo das pontes.

Por fim gostaria de lhe pedir que se soubesse algo sobre a história da Flor de Lis, alguns dos marcos importantes que me disse-se. Obrigado pela colaboração.

Sei muito pouco! Como director da revista, deveria saber a sua história.

Mas não sei.

O primeiro número surgiu em Fevereiro de 1925 e tinha como director, o Cónego, Dr. Avelino Gonçalves (um dos fundadores do CNE, ao tempo Corpo Nacional de Scouts), como editor, José Horácio Franco, a Redacção e Administração na Rua de S. Geraldo nº 6 em Braga e foi composta e impressa na tipografia Augusto Costa & Matos – Braga.

Sei que é a revista de publicação contínua, mais antiga de Portugal. Vai no número 1168 em Julho de 2007 e eu sou o 13º director.

Anexos

indaba



Texto: Célia Franco

Castigo: Valor

O escutismo assume-se como movimento de educação não-formal de jovens, tendo a seu cargo a responsabilidade de orientar e ajudar a crescer cerca de 28 milhões de jovens em todo o mundo. Em Portugal, 10 mil adultos aceitaram o desafio de orientar o desenvolvimento de 60 mil jovens, tendo a responsabilidade de os conduzir no seu crescimento neste mundo de regras confusas e poucos modelos referenciais. Processo complicado sempre, muito mais quando a sociedade está em plena transformação, e aquilo que se considerava certo há uns anos, hoje deixou de o ser, enquanto que o que nunca pensámos aceitar, é hoje banal e frequente.

Entre os pais stressados e sem saber para onde se voltar, os professores agónicos numa escola à deriva, como poderá o chefe-escuta encontrar o caminho mais adequado para conduzir os elementos que lhe estão entregues? Com crianças cada vez mais rebeldes e desafiadoras, é frequente ver os dirigentes deitar a mão de castigos, como forma de tentar impor ordem nos seus elementos.

Contudo, do que tenho observado, a aplicação de castigos é por vezes aleatória e desproporcionada, perdendo este algum valor educacional que possa ter, e transformando-se muitas vezes em manifestações de autoritarismo idênticas às que pais e professores utilizam sem benefício para ninguém.

Assim sendo, e porque penso que a nossa principal tarefa de chefes-escutas é a de educarmos e ajudarmos a crescer nos valores da nossa lei, proponho-me fazer uma breve reflexão sobre o castigo e seu valor educativo.

Do conceito de castigo ao conceito de erro

Castigo, segundo o Dicionário de Língua Portuguesa da Porto Editora (6ª edi-

ção), significa *acto ou efeito de castigar, sofrimento corporal ou moral infligido a um culpado, punição, pena, admoestação, emenda. Por sua vez, castigar, é o verbo transitivo derivado do latim de castigare que significa repreender, e é utilizado com os significados de aplicar castigo a, punir, repreender.*

É impossível definir a origem do castigo. Ele será tão antiga como a humanidade e terá tido fundamentos e objectivos tão diversificados que vão desde a humilhação e o domínio pela força de outros seres humanos, até ao desejo de melhorar o comportamento do castigado, condicionando-o ao funcionamento considerado adequado.

O castigo na prática educacional tem estado associado a uma visão culposa do erro: *O jovem erra ou tem um comportamento desajustado por sua culpa.* Então, se tem culpa, é castigado. Esta visão culposa do erro leva a que se o comportamento dum indivíduo não corresponde a um padrão pré-estabelecido, ele merece ser castigado, para que *pague* o seu erro e *aprenda* a comportar-se correctamente. Este conceito, fortemente influenciado pela perspectiva judaico-cristã (o castigo de Adão e Eva), exacerba os sentimentos de culpa como dominador da vida humana.

O castigo que surge a partir do conceito de culpabilidade, marca o indivíduo a quem é aplicado, quer pelo seu conteúdo, como pela sua forma.

As atitudes ameaçadoras garantem o medo, a ansiedade, a vergonha e a angústia, desenvolvendo no jovem emoções negativas associadas, não só, aos actos praticados, como aos contextos associados. Se um jovem é castigado com frequência, diminui a sua auto estima, diminui o seu sentido de honra e de capacidade, piora o desempenho e o seu amor-próprio, desenvolve mecanismos de auto-punição, de defesa, bem como de in-

capacidade de determinação e de gestão de si e da sua vida.

O conceito culposos da vida gera uma limitação desta, produz uma rigidez de conduta, gera hipercontrolo sobre as emoções, os desejos e comportamentos. Permite-nos formatar os comportamentos dos outros, impedindo a espontaneidade, a alegria e o desenvolvimento da adaptabilidade do indivíduo a condições novas. É limitador da criatividade, impeditivo da inovação, e facilmente associado a neuroses, obsessões e outras perturbações psíquicas.

O castigo no processo educativo

Pensar o erro como culpa levanta vários problemas e dúvidas que devemos reflectir:

▶ Quem pré-determina o que é ou não comportamento adequado?

▶ Não poderá um comportamento ser adequado num contexto e não o ser noutro?

▶ Será mesmo por culpa do indivíduo que ele tem determinado comportamento e não outro?

De facto, a ideia de erro só surge se tomarmos como referência um padrão de funcionamento considerado correcto. Este será o sistema de referência perante o qual determinado comportamento será comparado e aferido, considerando-se então se houve ou não erro.

Começamos, portanto, por definir que padrão de comportamento devemos utilizar. O dos pais do jovem, o dos professores, o dos políticos, o dos ídolos do futebol? Devemos utilizar o referencial católico, ou do de outra religião qualquer? Para quem tem de educar jovens, este processo complexo, mas fundamental, de definir o referencial a partir do qual os comportamentos serão considerados adequados ou não, é em si um momento importantíssimo. É claro que, para nós,

Educativo

chefes-escutas, este processo está facilitado. Adoptámos à partida e jurámos fidelidade à Lei do Escuta, que é em si mesmo um ótimo referencial de conduta.

Realizado este processo, teremos então de analisar porque surgiu o erro que nos propomos castigar. Será que o indivíduo conhecia claramente o padrão de funcionamento que deveria seguir? Será claro para o jovem que entrou para o grupo que deve sentir-se irmão de todos, quando é recebido no grupo com praxes que o humilham e magoam? Será fácil para ele entender a lei e as suas implicações? Os seus comportamentos menos correctos não serão sinal de que ainda não entendeu o código de conduta exigido aos membros do movimento? Se assim for, terá mesmo culpa ou deverá ser melhor esclarecido? E o resto do grupo, os chefes, os escuteiros mais velhos, cumprem o referencial de conduta que apregoam? Há coerência entre o exigido e o praticado?

Ou será ainda que o comportamento disruptivo surge por impulso (acto espontâneo, dificilmente controlável)? E, se assim for, é mesmo culpado, ou terá de treinar o controlo dos impulsos?

Como estamos a ver, o erro pode ser entendido não como culpa, mas como fonte de crescimento e de aprendizagem. O treino implica a prática sucessiva de actos cada vez mais correctos e adequados, aperfeiçoando-se as condutas. Quando começamos a andar de bicicleta e caímos, não o fazemos por culpa, ou porque queremos rasgar as calças, mas porque precisamos treinar muito até adquirir o equilíbrio. Quando começamos a utilizar talheres, temos de treinar o seu uso, até conseguirmos desempenhar correctamente todos os movimentos. Se nos baterem cada vez que derramamos a sopa, passaremos a ter medo de comer sopa, e em vez de aperfeiçoarmos os movimentos, aumentaremos os níveis de ansiedade e nunca conseguiremos comê-la correctamente e, sobretudo, nunca

gostaremos de a comer. Aquilo que deveria ser agradável e dar prazer (satisfação duma necessidade básica), transformar-se-á num sacrifício e numa obrigação, diminuindo as fontes de prazer da vida.

Assim sendo, o erro não deve ser associado a culpa, mas a crescimento, e o castigo deverá ser substituído pelo incentivo. Em vez de se punirem os actos negativos, há que incentivar o aperfeiçoamento progressivo do comportamento, bem como os sentimentos positivos de prazer e realização pelas etapas ultrapassadas com sucesso.

Significará isto que os educadores não devam castigar nunca? Não forçosamente. O processo educativo é complexo, existindo variadas redes de relações interpessoais e de contextos. Assim, o educador tem de ter a flexibilidade e a argúcia para perceber, em cada momento, qual a atitude adequada ao jovem e ao contexto, de forma a ser eficaz para atingir os objectivos principais do processo educativo.

Para atingir estes objectivos, pode o educador necessitar de recorrer, em determinados momentos, a castigos. Foerster, um dos mais célebres pedagogos da actualidade, considera que, “*Sem castigo não há educação possível*”. Contudo, para que o castigo não seja um mero acto de vingança do adulto ou uma medição de forças entre o adulto e a criança ou



www.toonman.com.pt

Flor de Lis, Agosto

Indaba

jovem, mas antes um método adequado para promover o crescimento e aperfeiçoamento deste, o castigo tem de cumprir as seguintes regras:

Ser oportuno: escolher o momento mais adequado à sua aplicação. Tem de ser suficientemente próximo do erro para ser percebido como relacionado com ele, mas só deve ser aplicado depois de ter passado a fase de grande irritação entre educador e educando. A ira não é boa conselheira para a escolha de castigos, nem tão pouco para a sua aplicação de forma adequada e construtiva.

Ser justo: deve ser proporcional ao erro cometido e nunca excessivo (não se matam moscas com carabinas). A justiça é fundamental no relacionamento com os jovens que a sentem como valor essencial no relacionamento adulto-jovem. Um castigo justo será aceite como bom para corrigir, um castigo excessivo será entendido como injusto e descentrará a atenção do erro a ser corrigido, fazendo o jovem sentir-se maltratado e transformando-se em vítima, tornando o castigo totalmente ineficaz, quer para o visado, quer como exemplo para os outros.

Ser prudente: O educador não deve deixar-se levar pela ira. Deve ser muito objectivo quando aplica um castigo, sabendo exactamente quais os objectivos que pretende atingir quando o aplica. Os castigos não se aplicam com a emoção, mas com a razão.

Ser claro e objectivo: O castigo deve ser discutido com o elemento e negociado com este. Este deve perceber claramente porque está a ser castigado e qual o objectivo deste.

Ser carinhoso na forma: O jovem deve entender que os castigamos porque lhes queremos bem, porque os amamos e os queremos felizes e integrados no mundo em que vivem. Devemos ser amáveis e carinhosos quando aplicamos um castigo. Não o aplicamos para descarregar a nossa ira ou para nos vingarmos do que nos fizeram, mas porque queremos ajudar o jovem a encontrar o caminho certo.

Só se deve castigar uma vez por um erro: Ninguém deve ser castigado mais do que uma vez pelo mesmo erro.



Foto: Jorge Gadelho

O castigo deve ser adequado à idade e discernimento do jovem: O castigo deve ser claro, fácil de entender e adequado em exigência e complexidade ao jovem a quem é aplicado.

O castigo deve ser aplicado pela pessoa directamente responsável pelo elemento: Não se pode mandar alguém aplicar um castigo. Este é um acto de grande responsabilidade e que tem que ver com a relação dual entre o responsável e o seu elemento. A aplicação dum castigo implica desenvolver uma relação de confiança e respeito mútuo, insubstituível.

O castigo no escutismo

E no escutismo? Devemos castigar ou não? O que pensava Baden-Powell sobre o castigo? Se consultarmos o livro *Auxiliar do Chefe Escuta*, a certa altura B-P fala sobre a disciplina, referindo:

“Para ser próspera, uma Nação tem de ser disciplinada, e a disciplina das massas só se consegue pela disciplina individual.”

“Não se consegue por meios repressivos, mas por estímulo e educando primeiro o rapaz a ser disciplinado e a sa-

crificar-se e aos seus prazeres pessoais, em benefícios dos outros.”

“A disciplina não se consegue castigando a criança por um mau hábito, mas atribuindo-lhe uma ocupação melhor que lhe absorva a atenção e a leve gradualmente a abandonar a velha.”

“O Chefe deve insistir na disciplina e obediência rigorosa e pronta em pequenas coisas.”

E B-P continua, afirmando:

“A Lei do Escuta é a base em que assenta toda a formação escutista”

“Não há ensino que se possa comparar com o do exemplo”.

“Se o próprio Chefe-Escuta proceder em manifesta conformidade com a Lei do Escuta em todas as suas acções, os rapazes não tardarão a seguir-lhe o exemplo”.

Eu, por mim, desejo que os meus elementos me recordem pelo que eu lhes ensinei, e não pelo que os assustei. Um chefe não pode esperar que o respeitem através de ralhos e castigos, mas pela sua postura e personalidade.

Não é por ser Chefe que me respeitarão. Mas é por me respeitarem que os poderei chefiar.



Órgão Oficial do Corpo Nacional de Escutas
- Escutismo Católico Português
Ano LXXX Nº1155 Junho 2006

AGRUP 03 - VALBOM

ACTOS OFICIAIS

N.º Ent. 203
Proc.º 96.01.1
Data 22/06/06

ACTOS OFICIAIS

ORDEM DE SERVIÇO NACIONAL Nº 532 DE 28 FEVEREIRO DE 2006

Nos termos do artigo 64.º nº 2 alínea c) e do artigo 73.º do Regulamento Geral do CNE,
e para os efeitos convenientes se publica o seguinte:

1. DETERMINAÇÕES

- Uso de insígnia de actividade;

De acordo com o estipulado na alínea 7, do artigo 8.º, do Regulamento dos Uniformes, Distintivos e Bandeiras, e conforme decisão da Junta Central, é autorizado, pelo prazo de um ano, a todos os participantes no Roverway que terá lugar de 6 a 14 de Agosto de 2006, o uso da insígnia que abaixo se reproduz.



2. CRIAÇÃO DE ESTRUTURAS E ÓRGÃOS NACIONAIS, REGIONAIS E LOCAIS

2.1. JUNTA CENTRAL

- NADA -

2.2. JUNTAS REGIONAIS

- NADA -

2.3. JUNTAS DE NÚCLEO

- NADA -

2.4. AGRUPAMENTOS

- NADA -

2.4.1. UNIDADES EM AGRUPAMENTOS

REGIÃO DO PORTO

Núcleo Este

- Agrupamento n.º 1253. Filia-se o Grupo Pioneiro - S. Rafael.

3. EXTINÇÃO / SUSPENSÃO DE ESTRUTURAS E ÓRGÃOS NACIONAIS, REGIONAIS E LOCAIS

3.1. JUNTA CENTRAL

- NADA -

3.2. JUNTAS REGIONAIS

- NADA -

3.3. JUNTAS DE NÚCLEO

- NADA -

3.4. AGRUPAMENTOS

- NADA -

3.4.1. UNIDADES EM AGRUPAMENTOS

- NADA -

4. ADMISSÃO, TRANSFERÊNCIA, SAÍDA E REGRESSO AO ACTIVO DE DIRIGENTES

4.1. ADMISSÃO DE DIRIGENTES

REGIÃO DOS AÇORES

Núcleo do Faial

- Sónia Conceição Duarte Capaz Teixeira - 0501011098001

Núcleo da Terceira

- Carla Patrícia Meneses Parreira - 9201050642001, com efeitos retroactivos a Agosto de 2003

REGIÃO DE BRAGANÇA

- Ana Isabel Ledesma Fernandes - 9406000602002
- Ana Maria Oliveira Alves - 0506001254007
- Carla Maria Quina Pedro - 0506000602002
- Diogo João Carmona Meireles Oliveira - 0406000759076
- Domingos Nascimento Alves - 0506001254008
- Elizabete Fátima Santos Ventura - 0406001055023
- Francisco Cláudio Rodrigues Mateus - 0506000759002
- Joana Margarida Rodrigues Coelho - 0506000759003
- João Pedro Correia - 0606000602023
- Maria do Céu Souto Pedro - 0506000602001
- Silvia Isabel Cordeiro Marcos - 0506000759001
- Sofia Helena Mendes Pires - 0406000759075
- Vânia Isabel Fernandes Gomes - 0506000827001

REGIÃO DA MADEIRA

- Francisco Avelino Vargue Andrade (Pai) - 0513000943001

REGIÃO DE SANTARÉM

- Fernando da Encarnação Massena Atanásio - 0216000583004
- Henrique António Martins Ferreira - 9816000583005

REGIÃO DE VISEU

- José Carlos Gomes Oliveira - 0520001236001

4.2. REGRESSO AO ACTIVO DE DIRIGENTES

- NADA -

4.3. TRANSFERÊNCIA DE DIRIGENTES

- Fátima Maria Rodrigues Gomes Gonçalves, é transferida da Junta Regional da Madeira, para o Agrupamento n.º 571 - Santo Amaro, da mesma Região.

4.4. SAÍDA DO ACTIVO DE DIRIGENTES

REGIÃO DOS AÇORES

- André Emanuel Correia da Câmara Branco - 0201041197009
- Carla Sofia Coelho da Silva Nunes - 0201041197016
- Jorgiana da Conceição Ferreira Branco - 0101041197014

REGIÃO DE BRAGANÇA

- Belarmino Augusto Afonso (Cónego) - 6006000000001, por falecimento
- Jacinta Maria Pires Carabineiro - 0406000978006
- Pedro Tiago Jesus Oliveira - 0206000018012
- Quintino Augusto Pimentel Gonçalves - 9406001055025

REGIÃO DE ÉVORA

- José Carlos Nascimento Reis - 9908000844010

REGIÃO DA MADEIRA

- Carlos Alberto da Costa Soares - 97130001146005
- Celestina de Fátima Nascimento Coelho - 9013000943003
- Maria Neves Xavier Garcês Costa - 97130001146020
- Neves Ponte Silva - 9913001146014
- Paulo Jorge Catanho da Silva

- 97130001146028

- Verónica Maria das Dores Gouveia Câmara - 97130001146033

REGIÃO DO PORTALEGRE E CASTELO BRANCO

- Mário Rui Belo Gaio Ferreira - 8814000697002
- Miguel José Barroqueiro Bruno - 8814000697001

REGIÃO DE VISEU

- Anabela Silva Santos Neto - 9020001235001
- Carlos Alberto Figueiredo Sousa - 9920001235006
- Isidro Manuel Gomes Almeida - 8120000605004
- Maria Isaura Vieira Almeida Lopes - 0120001235003
- Sónia Alexandra Lopes Batista - 0120001235006

5. MOVIMENTO DE DIRIGENTES PARA OS CARGOS

5.1. MOVIMENTO DE DIRIGENTES A NÍVEL NACIONAL

- NADA -

5.2. MOVIMENTO DE DIRIGENTES A NÍVEL REGIONAL

REGIÃO DE BRAGANÇA

Foi nomeado, pela competente autoridade eclesiástica, Assistente Regional o Reverendo Padre António Carlos Estevinho Pires - 9406000018001

Nos termos do artigo 11.º n.º 4 alínea a) do Regulamento Geral do CNE, cessaram funções dos respectivos cargos, os Dirigentes:

Assistente Regional - Belarmino Augusto Afonso (Cónego) - 6006000000001, por falecimento
Assistente Regional Adjunto - Reverendo Padre António Carlos Estevinho Pires - 9406000018001

5.3. MOVIMENTO DE DIRIGENTES A NÍVEL DE NÚCLEO

- NADA -



em caminho

A tecnologia como ferramenta de apoio à deficiência



→ Entrevista e fotos: André Spencer

A PROFESSORA MARGARIDA ALMEIDA É DOCENTE DA LICENCIATURA EM NOVAS TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE AVEIRO, CURSO NO QUAL ELA PRÓPRIA SE LICENCIOU. ESTÁ DE MOMENTO A CONCLUIR O SEU DOUTORAMENTO, CUJA TESE DIZ RESPEITO AO USO DA TECNOLOGIA AO SERVIÇO DOS PORTADORES DE TRISSOMIA 21. VAMOS CONHECER MELHOR ESTE EXEMPLO DE ESCUTISMO NA SOCIEDADE CIVIL.

A sua formação base é na área da multimédia. Nesse âmbito, de que forma é que a tecnologia pode ajudar crianças com necessidades educativas especiais?

Há diferentes formas. No caso específico da Trissomia 21, talvez o maior benefício seja a nível da motivação para a aprendizagem. Existem diferentes estudos que nos indicam que as crianças têm uma grande motivação para focar a atenção quando estão a realizar tarefas no computador. Esta questão da motivação é especialmente importante no contexto da Trissomia, porque uma das características das crianças trissómicas em ambiente de aprendizagem é designada por “evitamento cognitivo”: eles têm uma tendência para durante as situações de aprendizagem utilizarem esquemas de fuga baseados na sua grande capacidade social. Ao nível das áreas específicas de desenvolvimento pode haver benefícios em diferentes aspectos, em função do tipo de material que é desenvolvido. Depois, há aspectos que podem ser trabalhados desde muito cedo, inclusive em modalidades de intervenção precoce, que abrangem várias áreas – desde a matemática à linguagem – e que podem de forma muito específica ser trabalhadas com diferentes módulos de *software*.

Explique-nos sucintamente os projec-

a utilizadores com necessidades especiais: o Âncora e a Oficina dos Gestos.

O Âncora é um projecto que teve como objectivo desenvolver um ambiente de colaboração *on-line* de apoio a crianças portadoras de Trissomia 21. Foi testado no terreno quer na Associação Portuguesa de Portadores de Trissomia 21 (APPT21) quer na Capuchinho (Centro de Apoio Psicológico). Tratou-se de um teste experimental no âmbito do projecto de investigação e não avançou para além disso por motivos académicos. Já a Oficina dos Gestos é um CD-Rom que surge no âmbito do Down's Comm, fruto de uma parceria entre a Unidade de Investigação de Comunicação e Arte e a APPT21. Este já é um produto cujo público-alvo não são as crianças, mas sim os seus familiares ou docentes de apoio. A ideia subjacente é facilitar a aprendizagem dos gestos funcionais da língua portuguesa no contexto do desenvolvimento da linguagem falada – encarando o gesto como ponto de partida para a fala. Isto porque está provado que as crianças com défice cognitivo têm um assincronismo entre a linguagem expressiva e a linguagem compreensiva. A linguagem compreensiva costuma estar completamente desenvolvida, mas não conseguem expressar-se. Este produto surge portanto como alicerce à expressão falada e pode inclusivamente catalisar a



aprendizagem pode ser operacionalizado, pensamos nós, porque o gesto está disponível em diferentes formatos: representação gráfica, vídeo, texto e áudio. Ambos os projectos foram financiados pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Conseguiu-se provar de alguma que essa metodologia consegue acelerar a fase pré-verbal das crianças?

Existem estudos empíricos que mostram a importância do gesto como ponto de partida para a fala, apesar de não ter sido nosso objecto corroborar essa tese, porque ela está defendida. No caso do Âncora, aí sim, era um trabalho de investigação científica em que se pretendia perceber de que forma é que as tecnologias de comunicação à distância podiam apoiar os processos de reabilitação. Conseguiu-se perceber a importância dessas tecnologias nos processos de partida

internacional

Memórias do CNE em Lourenço Marques



→ **Entrevista:** João Vasco Reis e Francisco Maia

→ **Foto:** João Vasco Reis

Quando é que chegou a Moçambique?

Eu fui para Moçambique, para a catedral de Lourenço Marques, em 1954, onde fui nomeado assistente da JOC (Juventude Operária Católica). Entretanto, o arcebispo, D. Teodósio Clemente de Gouveia, que decidira atribuir essa função a outro padre, propôs-me deixar a JOC e passar para a JEC (Juventude Estudantil Católica). Mas a JEC não me interessava. Como tal, recusei o convite... foi a primeira vez que eu disse "não" ao arcebispo... Então, ele fez-me uma contra-proposta: deixar a JOC e passar para os escuteiros. Ora, para os escuteiros aceitei logo, disse que podia ser "já hoje" e fui, assim, nomeado Assistente Regional do CNE em Lourenço Marques.

Qual era a sua principal função como Assistente Regional?

A minha primeira tarefa, entre outras, foi a de aumentar o CNE na Região, em número e em qualidade. Nessa altura, Lourenço Marques tinha apenas dois agrupamentos: Sé e S. José, e comecei a contactar os párocos da cidade com o propósito da expansão do movimento, não só na cidade de Lourenço Marques num raio de cerca de 250 quilómetros, até à cidade de João Belo, onde estava um padre franciscano que simpatizava muito com o CNE e desejava ter um agrupamento.

Que escutismo se fazia em Moçambique, mais concretamente em Lourenço Marques, nessa década de Cinquenta?

O escutismo em Lourenço Marques era praticado segundo a aplicação do método

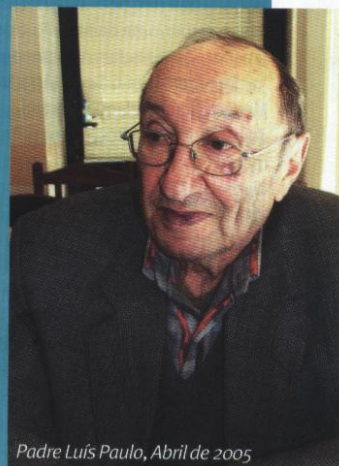
O PADRE LUÍS RODRIGUES PAULO, natural do Arco da Calheta, Madeira, onde nasceu a 22 de Janeiro de 1926, chegou a Moçambique, mais concretamente a Lourenço Marques em 1954, e ficou na capital da então colónia (e depois província ultramarina portuguesa) até 1975, na Sé Catedral, primeiro como assistente da JOC (Juventude Operária Católica) e, logo depois, como assistente do Corpo Nacional de Escutas e da Associação das Guias de Portugal, por ele reactivadas.

Pela sua acção, em Lourenço Marques, pelo seu saber e pela sua assistência, passaram centenas, milhares de jovens, no escutismo e no guidismo, associações que abraçou com natural espírito de missão e apostolado.

Com as mudanças operadas após a independência de Moçambique e respectiva extinção do CNE e da AGP naquele território, muitos dos jovens que passaram pelas suas "mãos", vindos para Portugal, continuaram filiados ou ligados ao escutismo, alguns deles ainda hoje, passadas já mais de três décadas.

Também o Padre Luís Paulo regressou a Portugal, em 1975, onde, além de professor no liceu na Amadora, continuou a desenvolver o seu apostolado no CNE. Reorganizou o Agrupamento 467, da Charneca da Caparica, Região de Setúbal, e foi assistente do 50, da paróquia de S. João de Brito, em Lisboa.

No prelúdio das comemorações do Centenário do Escutismo, o Padre Luís Paulo, com uma extraordinária lucidez e um impressionante espírito de clarividência e juventude, dos seus 80 anos de idade, deixou-nos um importante testemunho para a Memória do CNE e do seu contributo para o desenvolvimento do movimento universal em terras de lusofonia africana.



Padre Luís Paulo, Abril de 2005

Tanto na década de Cinquenta como na de Sessenta e, enfim, até à independência de Moçambique, nós fizemos um escutismo em Lourenço Marques dentro das possibilidades e da especificidade da Região. Fazíamos o escutismo de uma maneira muito séria, com um grande rigor e muita carolice; criámos tradições que respeitávamos rigorosamente, as nossas actividades atraíam imensa gente, desde o Dia de S. Jorge, aos ralies, etc. Lembro-me perfeitamente da nossa participação no lançamento do

renço Marques, rumo ao comboio, foi uma coisa impressionante. Ainda hoje é falado.

Quais eram as diferenças em relação ao escutismo da então metrópole?

O problema é que nós não fazíamos o escutismo da forma como Lisboa pretendia. E foi precisamente devido às nossas especificidades que mantivemos algumas contendas com a Junta Central, porque os serviços centrais não compreendiam de



partir da secretaria, sem conhecer as realidades no terreno, sem se aperceberem da especificidade de cada região. Por exemplo, nos nossos escuteiros marítimos – um caso de completa discordância com Lisboa –, tínhamos raparigas, muitas raparigas mesmo. Era um agrupamento especial, como até hoje nunca vi em parte nenhuma: cada patrulha tinha a sua palhota, era uma autêntica aldeia indígena, com a palhota central, da chefia, e à volta uma palhota por patrulha... aquilo era uma alegria. Mas era um agrupamento com poucos jovens brancos, eram quase todos negros e, na sua esmagadora maioria, eram raparigas... e não podíamos pô-las de parte. A Junta Central, em Lisboa, por falta de compreensão em relação à situação, procurou acabar com isso. Mas como nós não aceitámos as ordens, a Junta Central decidiu passar por cima da Junta Regional de Lourenço Marques e entender-se directamente com o Agrupamento. É evidente que tivemos de agir, porque não permitimos que Lisboa passasse por cima da Junta Regional. E as raparigas continuaram no Agrupamento.

Sucedeu com o Secretário Nacional, Meneres Pimentel, que, perante o que viu dos nossos escuteiros, e vendo um agrupamento composto quase só por raparigas, disse-me: “Padre Luís, os meus parabéns. Vamos ter de abrir os olhos à Junta Central e dizer para terem juízo... porque é pena só terem aqui um agrupamento como esse”.

Outra situação que a Junta Central não conseguiu compreender foi quando propussemos uma akelá para os lobitos com apenas 15 anos de idade... e era a única possibilidade que tínhamos para que os lobitos pudessem funcionar num agrupamento. E tiveram que aceitar.

Houve várias situações deste tipo; em Lourenço Marques haviam poucos Camiñeiros em cada agrupamento. Então, decidimos constituir um Clã regional, porque de outra maneira não era possível termos um Clã; e eram rapazes muito trabalhadores, a Junta Regional nomeava-os em comissão de serviço para este e para aquele agrupamento. E mantivemos isso mais ou menos em segredo, porque, se calhar, se comunicássemos para Lisboa que tínhamos um Clã Regional, era logo chumbado.

Isto são alguns exemplos das “lutas”

escutismo pudesse existir em Moçambique.

No que respeita ao escutismo feminino – e já referiu as Guias de Portugal –, o Padre Luís Paulo também esteve na fundação da AGP em Lourenço Marques...

Quando eu cheguei a Lourenço Marques, não havia AGP. Eu era assistente regional do CNE e professor na Escola Comercial... e cheguei a ter em meu poder quase uma centena de assinaturas de pais de raparigas que pretendiam a fundação das Guias de Portugal, que já tinham existido mas que depois acabaram, na sequência de toda aquela situação derivada do aparecimento da Mocidade Portuguesa.

Ora, com tantos pedidos por parte dos pais das raparigas, o cardeal D. Teodósio Gouveia andava encantado com a ideia das Guias, porque quando ele tinha chegado a Lourenço Marques elas já lá estavam. Depois, o movimento foi suspenso, e o cardeal dizia que não queria morrer sem ver de novo em actividade os dois movimentos que encontrou quando ali chegou: o CNE e a AGP.

Entretanto, o cardeal faleceu e o ressurgimento das Guias ia sendo adiado. Um dia falei com D. Alvim e “encostei-o à parede”: pedi-lhe para, num sábado, ir comigo às visitas, porque ele tinha de ouvir os pais dos miúdos que se queixavam continuamente de que só os filhos podiam fazer escutismo e as filhas não podiam. Ora, por alturas do Natal, aquando dos cumprimentos de Boas-Festas ao bispo, ladeei-lhe o cadeirão onde ele se sentou de lobitos de um lado e avezinhas de outro. E o sr. Bispo disse-me, espantado: “são avezinhas!!!”, acrescentando: “mas elas vão crescer”, ao que respondi: “claro que vão crescer, e quando crescerem serão Guias”. Foi assim que começamos com a AGP, movimento do qual fui fundador e assistente, e o qual teve uma extraordinária actividade em Lourenço Marques.

Disse que a Junta Central nem sempre compreendia o escutismo que o CNE praticava em Moçambique. Com que regularidade chegava a informação a Lisboa?

Houve sempre um contacto oficial directo e uma informação regular; tudo o que fazíamos era comunicado à Junta Central, pelo que a informação com a estrutura nacional sempre existiu. De resto, havia, de facto, esse contacto regular com a chefia central em Lisboa, sem grandes condicionamentos da distância, embora esse factor fosse de algum modo importante, mas não era o único, no que respeita às “diferenças”. Eu penso que, por exemplo, Lisboa tinha um contacto de maior proximidade com o escutismo de Angola, e nesse aspecto, os escuteiros de Angola até participaram em vários acampamentos nacionais, o que para os de Moçambique era mais difícil, a distância era maior, as circunstâncias eram outras, as realidades eram diferentes.

O papel da Igreja em Moçambique também passou por etapas diferentes das de Angola...

Esse é outro factor, precisamente porque eram realidades diferentes: em Angola o catolicismo, em termos de missão, penetrou de uma maneira completamente diferente; em Moçambique as coisas tinham outra lógica, porque, principalmente no Norte de Moçambique, a principal religião era a muçulmana, o que não acontecia em Angola. Por exemplo, nas Guias de Portugal de Lourenço Marques havia uma rapariga muçulmana no meio de todas as outras miúdas que eram católicas. Como assistente das Guias, apesar das nossas companhias serem confessionais, e colocando-se a questão da religião, eu não deixei de aceitar a rapariga. Pus a questão ao bispo e ele disse-me para aceitar e registar no seu processo que ela era muçulmana, uma vez que se a comunidade muçulmana pensasse que ela tinha mudado de religião seria desprezada pela família.

7.º Acampamento Regional de Lourenço Marques, Moçambique, 1960 (foto cedida por...)



de Lourenço Marques. Portanto, apesar da distância com a metrópole, o CNE em Moçambique não estava isolado em termos escutistas, e tinha contactos regulares com os escuteiros de países vizinhos.

Naturalmente; mantínhamos, de diversas maneiras, grandes e boas relações com as associações da África do Sul, da Rodésia e da Suazilândia, nomeadamente através dos Jamborees. Tinha ficado estabelecido que haveria um Jamboree de três em três anos, na Rodésia, em Lourenço Marques e na África do Sul. Fez-se o da Rodésia, fez-se o de Lourenço Marques e quando coube a vez à África do Sul, o Jamboree teve de ser feito em Lourenço Marques porque a África do Sul não admitia escuteiros negros em patrulhas de brancos, ou seja: havia escutismo para negros mas só em patrulhas próprias e isso era contra o espírito do Jamboree e do próprio escutismo. Mas, recordo-me que, já nessa altura, os dirigentes da África do Sul viam o Apartheid como um grande entrave ao escutismo naquele país. Aliás, um chefe sul-africano disse-me que já tinham instruções dos governantes para começar a fazer patrulhas mistas com brancos e negros... para lançar o futuro. Mas não chegaram a tempo...

A Mocidade Portuguesa dificultava de alguma maneira o papel do escutismo em Lourenço Marques?

Como é sabido, com a criação da Mocidade Portuguesa o Estado Novo quis acabar com o escutismo. Mas não conseguiu. Em Lourenço Marques, onde a Mocidade também era obrigatória para toda a juventude, evidentemente que tinha uma grande expressão. Mas nós procurámos sempre coabitar pacificamente com eles, o que nem sempre era fácil porque as hostilidades eram permanentes. Mas, quando o CNE tinha um Acampamento Regional, convidávamos sempre uma “quina” da Mocidade para participar no acampamento; do mesmo modo, eles convidavam uma patrulha do CNE para os seus acampamentos.

Mas eu estive para ser corrido da Escola Comercial, onde era professor e também assistente da Mocidade Portuguesa. Mas tive outros conflitos com o comissário da Mocidade. Voltei a encontrar-me com ele numa reunião que o próprio convocou, pa-

Nota do Director da Flor de Lis

Uma das grandes comunidades existentes em Moçambique era a Comunidade Ismaelita, composta por paquistaneses, cujo líder espiritual, é sua Alteza Real o Príncipe Aga Kan e conhecedores do escutismo, por influência dos Ingleses, quando aquele país fazia ainda parte da Índia.

A escola paquistanesa, albergava algumas centenas de jovens praticantes do escutismo. Dado que o CNE só existia ao abrigo da concordata entre a Santa Sé e o governo português, não era possível a existência de qualquer outra associação escutista. A questão resolveu-se, mediante um acordo entre o governo e o CNE e Comunidade Ismaelita, que permitia àquele agrupamento a prática do escutismo sob os auspícios do CNE. E foi assim durante anos e é assim que, esse mesmo agrupamento, está hoje em Portugal, integrado na AEP.

Também na cidade da Beira, o agrupamento 155, de São Jorge, tinha nas suas fileiras um jovem grego-ortodoxo que, por ser único da comunidade grega da Beira a querer ser escuteiro só tinha o CNE como alternativa. O Hipócrates Zourides, inclusivamente, foi guia da Patrulha Águia.

Lourenço Marques... e tivemos uma grande discussão por causa do sítio onde os escutas e as guias deviam ficar na passagem do Marcello Caetano pela cidade, porque ele queria destacar a presença da Mocidade e abafar a do CNE e a AGP, pondo-nos num plano completamente secundário, retirando-nos da saída do aeroporto. Então, eu disse-lhe que ficaríamos na avenida, em frente da paróquia, porque “desse lugar V. Ex.^a não nos pode tirar, porque o Dr. Marcello Caetano vai passar por ali e nós estaremos lá”. Ele voltou a protestar, porque não queria que a nossa presença fosse evidenciada, e eu impus-me: “se V. Ex.^a nos tira do aeroporto, ficamos onde quisermos; se não quer, então não estaremos representados, porque não iremos a parte nenhuma acompanhar o Dr. Marcello Caetano”. Dito e feito. Todas as guias e escuteiros estavam ali, naquela avenida, à frente da paróquia de Lourenço Marques. E foi uma coisa extraordinária, tanto assim que, depois, ele veio ter comigo e disse-me: “dou-lhe os parabéns pela vossa postura... a Mocidade Portuguesa só sabe envergonhar-me”. Nessa deslocação a Angola e a Moçambique, houve duas coisas que Marcello Caetano guardou na memória: Nova Lisboa, em Angola, e os escuteiros de Lourenço Marques.

No que respeita à juventude, que atractivos oferecia uma cidade como Lourenço Marques?

Lourenço Marques era uma grande cidade e Moçambique era um país imenso, onde não havia distâncias, onde as pessoas, para irem tomar um simples café podia fazer facilmente 250 quilómetros... e “era logo ali”, onde as missões ficavam a vários dias de viagem dentro da mesma

Portanto, as coisas têm de ser vistas noutra perspectiva que não a da distância entre as cidades ou os distritos portugueses. Por exemplo, num país onde não havia televisão, mas onde todos os pequenos gestos tinham um grande valor, havia uma série de atractivos que “substituíam” os hábitos da Europa, nomeadamente as colectividades desportivas e recreativas, os clubes. Tínhamos escuteiros que eram grandes praticantes de hipismo, natação, caça... Depois, os jovens tinham o CNE, a AGP e, obviamente, a Mocidade Portuguesa. E só não tínhamos mais escuteiros no CNE por falta de dirigentes, porque isso era um problema crónico – tal como acontece hoje – e nessa altura ainda havia uma certa fixidez dos dirigentes, que hoje são muito mais móveis.

Regressou a Portugal já depois da independência de Moçambique. Como encontrou o escutismo em Portugal?

Regressei em Dezembro 1975 e quando cheguei a Portugal uma das primeiras coisas que notei, a nível do CNE, foi ter encontrado um escutismo misto, com rapazes e raparigas, e achei curiosa a mudança que se tinha operado em Portugal, depois dos problemas que nos arranjaram por causa de termos raparigas num agrupamento.

Em Portugal continuei a trabalhar no escutismo... e hoje, a esta distância, fico satisfeito por ver que o CNE e a AGP de Lourenço Marques, depois do 25 de Abril e da independência de Moçambique, deixaram muitas raízes naquele país e deram muitos bons escuteiros e guias a Portugal, que foram fruto do escutismo e do guidismo que lá era praticado. Um desses escuteiros, o

de São Jorge

São Jorge em Aveiro

→ Texto: José Carlos Santos*

Realizaram-se, no passado dia 23 de Abril, as comemorações do Dia de S. Jorge da nossa Região.

Desta vez, S. Jorge visitou S. Bernardo. Foi assim que, cerca das 09,00h, os “monges” provenientes dos Agrupamentos foram chegando à Escola EB 2,3 de S. Bernardo, para participarem no “Capítulo Geral”.

Na prossecução desta mística, os escuteiros da região encheram as ruas de S. Bernardo na procura dos objectivos da sua caminhada pessoal. Sendo o “manuscrito” a chave para o êxito de cada um, enquanto indivíduo e enquanto parte de uma comunidade, de uma forma ou de outra todos tiveram oportunidade de concretizar esse objectivo.

Cedo chegou a hora de almoço, do desfile e da Eucaristia presidida pelo nosso Bispo Dom António Marcelino que, apesar de se realizar sob um intenso sol, foi sem qualquer dúvida o momento alto.

A celebração este ano contou com uma “presença” especial: a imagem de Nossa Senhora que foi entregue à Região aquando da peregrinação nacional do CNE.

Foi mais um S. Jorge onde pudemos verificar a vitalidade da nossa Região, não



só pela grande adesão dos Agrupamentos, mas também pelas muitas caras jovens que vimos entre os dirigentes, sintoma que se mantém um processo de renovação que é o garante da continuidade.

**Correspondente da Flor de Lis de Aveiro*



No final dos jogos, teve lugar o festival da canção cujo tema foi o mesmo dos restantes jogos, com a opção de se focar igualmente nos cem anos do Escutismo.



O apoio dos presentes aos Agrupamentos concorrentes foi grande e o trabalho dos membros do júri bastante difícil, em face das canções apresentadas a concurso.

Antes do final do dia, procedeu-se à entrega dos prémios aos diversos vencedores dos jogos e do festival da canção e, após o arrear das bandeiras, o Chefe Regional deu por encerrados os XXXII Jogos da Primavera.

**Correspondente da Flor de Lis de Setúbal*



em caminho

Escutismo e deficiências



→ Texto e fotos: André Spencer

O Eduardo, de 9 anos, é um deles. É portador de Trissomia 21 (também conhecida por Síndrome de Down) uma doença genética que afecta genericamente a capacidade de aprendizagem e a motricidade fina – embora os sintomas dos portadores sejam bastante heterogêneos. Mas isso não o impediu de ser

escuteiro. Hoje, é com orgulho que mostra o seu lenço de lobito. Dina Rodrigues, a sua mãe, confessa que foi incentivada pela chefia do Agrupamento 656 da Lousã a inscrever o seu filho mais novo, e foi o que ela fez – motivada sobretudo pela inclusão social que o Escutismo poderia proporcionar ao Eduardo.

Depois de uma reunião inicial para preparar a sua entrada e discutir algumas considerações sobre a forma como se deveria lidar com a criança, o Eduardo foi integrado no seio da Alcateia. No início, nem tudo foi ouro sobre azul. Graças à sua grande capacidade social – comum à maior parte dos trissómicos – o Eduardo mostrou-se bastante manipulador e teimoso, acabando por vergar qualquer tipo de autoridade. A sua teimosia e incapacidade para acatar as ordens dos animadores chegou inclusive a destabilizar o espírito da Alcateia, pelo que a mãe foi chamada a intervir. Começou por ir às reuniões da alcateia, mas nem assim o Eduardo parecia melhorar. A Dina foi então convidada a



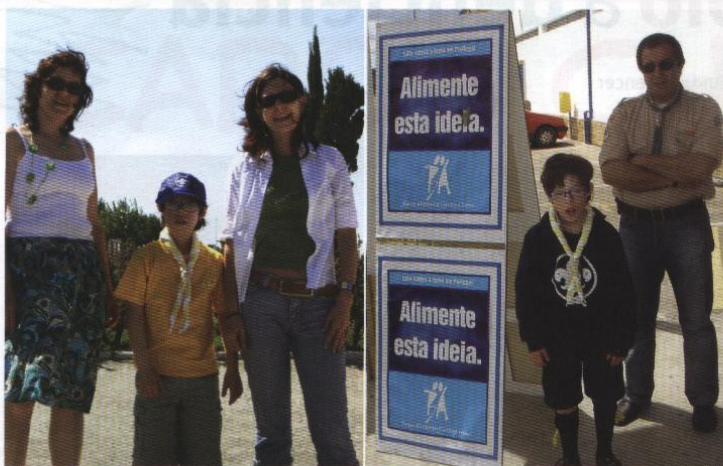
filho num Acantonamento, contudo acabou por rejeitar porque a única mãe que ia “era a mãe do Eduardo”.

No final do ano escutista, todas estas dificuldades culminaram num pedido informal da chefia da Alcateia à Dina, para que ponderasse a saída do seu filho. No entanto, a entrada de um novo dirigente para a secção veio inverter a situação. O Eduardo voltou, no ano seguinte, e graças ao pulso firme do Chefe Barroqueiro o pata-tenra melhorou bastante o seu comportamento. Hoje em dia, o Eduardo está totalmente integrado na Alcateia, depois ter prestado provas para a investidura e ter feito a sua promessa de Lobito. Para o ano, o Grupo Explorador recebe-o.

Este é apenas um dos vinte portadores de Trissomia 21 recenseados pelo DNEI, e também apenas um dos 71 lobitos deficientes de todo o país. E quem sabe se alguns não terão sido rejeitados à entrada? Importa portanto aferir, no contexto da ligação entre o Escutismo e a deficiência, o papel da formação para a



Basta passar a ponte



problemas óbvios neste campo é certeza o facto de a deficiência infantil ser bastante heterogênea. No entanto, isso não impede só por si a existência de formação sobre como lidar com algumas das deficiências mais vulgares. Os Cursos de Iniciação Prática, em conjunto com os Cursos de Aprofundamento Pedagógico, serão talvez os momentos mais adequados para veicular essa informação. Porque, mais que uma questão de conhecimento profundo sobre as doenças e deficiências, trata-se de sensibilização.

As dificuldades são muitas, mas não nos podemos demitir da tentativa de concretizar um projecto pedagógico com qualidade para os tipos mais frequentes de deficiência. Deixo-vos com um excerto das “Características Essenciais do Escutismo”, em nome de um Escutismo para (realmente) todos.

“(…) nem toda a gente está pronta a fazer o necessário para que [o Escutismo] chegue aos jovens que mais precisam dele. Por exemplo, muitos jovens com dificuldades no seu dia-a-dia e que possam não ser facilmente aceites nas suas comunidades podem, não obstante, estar prontos a fazer o melhor possível por se comprometerem com os princípios do Movimento. Infelizmente, em algumas associa-

como “tradições”), que o tempo e os preconceitos agregaram ao Movimento, têm dificultado esse alcance dos jovens de diferentes – muitas vezes difíceis – ambientes. Tornar o Escutismo verdadeiramente aberto a todos, em particular aos que mais dele precisam, requer, obviamente, adaptação sem comprometimento da finalidade, princípios e método do Movimento.”



O que é a Trissomia 21?

A Trissomia 21 é a existência de três cromossomas 21 (quando apenas deveria existir um par), causando dificuldades na aprendizagem e graus de incapacidade física altamente variáveis. Esta doença genética deve o seu nome a John Langdon Haydon Down, o médico britânico que a descreveu.

Estima-se que a incidência da Síndrome de Down seja de um em cada 660 nascimentos, o que torna esta deficiência uma das mais comuns a nível genético.

Como tratar?

Vários aspectos podem contribuir para um melhor do desenvolvimento da criança com síndrome de Down: intervenção precoce na aprendizagem, monitorização de problemas comuns como a tiróide, um ambiente familiar estável e condutor, e práticas vocacionais – estes são apenas alguns exemplos. A síndrome de Down tem mostrado que a educação pode produzir excelentes resultados independentemente do início. Assim, o empenho individual dos pais, professores e terapeutas com estas crianças pode produzir resultados positivos inesperados.

Quem posso contactar?

Associação Portuguesa de Portadores de Trissomia 21
Rua Dr. José Espírito Santo, Lt. 49,
Loja 1 – 1950-094 Lisboa
Telefone: 21 837 16 99
Fax: 21 837 17 12
Site: <http://appt21.org.pt>
E-mail: geral@appt21.org.pt

Leitura obrigatória

Basta passar a ponte
Edição: CNE (1994)
Autor: Fédération des Scouts Catholiques, Bélgica
Disponível no DMF



mente nos processos de inclusão social das crianças. Do ponto de vista da profissionalização desta população parece-me extremamente importante. Existem casos retratados de portadores de Trissomia 21 que têm uma vida profissional activa e feliz utilizando tecnologias. Parece-me um pólo de inclusão muito poderoso.

Parece-lhe que as soluções tecnológicas disponíveis para este tipo de deficiência são suficientes?

Não, parece-me que não são suficientes, não estão suficientemente divulgadas, nem os esforços são coordenados nesse sentido. O mesmo se passa no que diz respeito à formação dos docentes de apoio para as tecnologias e à formação dos tecnólogos para as deficiências. Acho que é uma área que merece um esforço de produção de conteúdos grande, devidamente especificado e pensado.

De uma forma geral, que ideia tem do escutismo português?

A minha irmã foi escuteira marítima durante muitos anos e eu participei em algumas actividades quando ela era escuteira – só naquelas que me interessavam. Nunca entrei, por vontade própria, porque lido muito mal com fardas e grupos uniformizados... e com a uniformização dos comportamentos em geral. Essa é a interpretação, concerteza curta, que eu faço do Escutismo. Situando a pergunta no caso da Trissomia 21, parece-me uma estratégia de inclusão fabulosa e penso que seja bastante útil na aprendizagem de regras e hierarquias.

Sente-se de algum modo identificada com os valores que o Escutismo propõe?

A verdade é que nunca me predispus a conhecê-los... mas do pouco que conheço

interessantes que são explorados e que são operacionalizados em actividades – que só por serem ao ar-livre me parecem muito boas, mas também por ocuparem crianças e adolescentes com actividades de cooperação social. Estou-me a lembrar de contactos que tive mais recentemente com escuteiros... no Banco Alimentar trabalhei com dois ou três e pareceram-me excelentes pessoas, empenhadas no serviço.



O CD da Oficina dos Gestos pode ser encomendado junto da APPT21, no link http://appt21.org.pt/producao/oficina_gestos.

Lobitos Lobitos Lobitos

JOGO: LUTA COM ALMOFADAS



ERTO DIA, QUANDO ROBIN DOS BOSQUES ATRAVESSAVA UM RIBEIRO UTILIZANDO UM TRONCO QUE PASSAVA SOBRE O MESMO, ENCONTROU A MEIO DO CAMINHO UM HOMEM QUE FAZIA O PERCURSO INVERSO. COMO NENHUM DELES CEDEU PASSAGEM AO OUTRO, TIVERAM QUE LUTAR PARA VER QUEM É QUE PASSAVA..."

MATERIAL NECESSÁRIO:

- ▲ 2 ALMOFADAS FOFINHAS;
- ▲ UMA TÁBUA LARGA SOBRE CALÇOS DE MADEIRA OU UM BANCO COMPRIDO E BAIXO.

DESENVOLVER DO JOGO:

DOIS LOBITOS COLOCAM-SE SOBRE A TÁBUA, CADA UM COM A SUA ALMOFADA, E ATRAVÉS DE GOLPES DE ALMOFADA E ESQUIVAS TENTAM FAZER COM QUE O ADVERSÁRIO SE DESEQUILIBRE E SALTE DA TÁBUA PARA O CHÃO.

VENCE AQUELE QUE FICAR SOBRE A TÁBUA.

Menos/Mais/Menos Pioneiro



Na chegada ao campo, o sentimento da missão cumprida. Nada como um bom banho quente para retemperar forças, logo seguido de uma boa conversa com os “vizinhos”, enquanto se esperava pelo jantar.

O dia não estaria completo sem o Fogo de Conselho, que, apesar das parcas e exíguas condições, consegui pôr toda a gente a mexer... mesmo aqueles que faziam uma cara menos bonita! No final, descobrimos o tesouro de SJB, mas esse só nós sabemos qual é! Se quiseres descobrir, é fácil, vai ao nosso blog: (<http://sjbterrasantamaria.blogspot.com>) e deixa uma mensagem.

O silêncio foi um pouco mais complicado do que previsto, pois algumas tendas estavam alagadas! Fazer campismo à chuva também tem destas coisas, mas tudo se resolveu.

Domingo foi tempo de desarrumar tendas e preparar as mochilas para o regresso. Fomos acolhidos para a eucaristia numa igreja bem pequenina, mas muito aconchegante. Para terminar, voltámos ao campo para as despedidas: troca de números de telemóveis, msm's, e-mails, “até já”, abraços e beijinhos... Na lembrança, mais uma actividade e, segundo as avaliações, consta que:

“Gostámos muito e queremos mais.”;

“A maneira de seguir os passos de S. João de Brito foi muito bem conseguida.”;

“O fim-de-semana de 18 e 19 de Março ficará gravado na nossa memória por tudo aquilo que vivemos e sentimos na Serra da Freita.”;

“SJB deve estar orgulhoso de nós... ou pelo menos satisfeito pela nossa coragem e ousadia em vencer todos os obstáculos para cumprirmos o que nos propusemos fazer.”;

“Valeu a pena. Já estamos à espera da próxima actividade!”.

Equipa da III – Núcleo Terras Sta Maria, Região Porto

TÉCNICA:

COMO ESCOLHER UMA

→ Recolha e edição: Domingos Brazão



As mochilas evoluíram tanto nos últimos anos e existem tantos modelos à nossa disposição, que compilámos estas Dicas de Uso para facilitar o teu trabalho, na hora de escolheres a que melhor te servirá.



Mochilas de Uso Diário

(também designadas por “mochilas de ataque” ou “mochilas de assalto”)

- Procura por mochilas que vão de 10, 15 a 35, 40 litros.
- Procura uma com vários bolsos. É uma forma de guardar óculos escuros, bússola e mapas longe da comida e da água.
- As melhores mochilas são aquelas que possuem um painel nas costas, para proteger as costas e deixar algum espaço livre para a ventilação.
- Mochilas de hidratação são uma alternativa cada vez mais popular para um dia de caminhada ou pedalada.
- Alças acolchoadas não são muito comuns, mas são bastante úteis se a mochila estiver com o peso um pouco acima do indicado.
- Capa de chuva embutida é sempre uma ótima opção!
- É claro que há a opção de cor, formato etc. Mas isso é contigo...

Mochilas de Uso Misto

- Procura por mochilas entre 40 e 60 litros.
- Se fores fazer caminhadas mais longas, procura as maiores. Para caminhadas curtas, as menores já servirão. Mas lembra-te que, se ela estiver pesada demais, a sua capacidade de distribuição do peso deve ser compatível, ou seja, não adianta querer colocar uma mochila sem protecção lombar cheia de todo o material de campo necessário para um bivaque. Quem vai sofrer és tu!
- Procura mochilas que se ajustem ao teu corpo. Isto quer dizer protecções lombares que fechem na tua cintura e tenham fita suficiente para apertar ainda mais (sem ficar largo! Afinal, é aí que carregarás boa parte do peso). E alças que sejam ajustáveis ou, então, acompanhem a sua distância entre o ombro e o meio dos quadris, onde deverá estar a protecção lombar.
- Mochilas com armações internas são mais confortáveis do que as suas irmãs com armações externas.
- Alças e protecções lombares acolchoadas já começam a ser quase fundamentais...
- Bolsinhos, capa de chuva embutida e fitas para comprimir e guardar material é sempre útil.
- Muitas oferecem saída para mangueira de hidratação e local especial para o cantil flexível. São cada vez mais usados e sempre muito eficientes, já que não precisas para hidratar.

s/Marinheiros Pioneiros/Ma

MOCHILA

Mochilas de Montanha

- Algo entre 60 e 90 litros é o que tu encontrarás com este nome.
- Mais do que a quantidade de equipamento que tu pretendes carregar, tu precisas saber o que **aguentas** carregar! Lembra-te que uma pessoa acostumada a caminhadas e que esteja bem preparada fisicamente deverá carregar, no máximo, 1/3 de seu peso. Pouca preparação? Diminui para 1/4. Sem preparação ou nenhuma experiência? 1/5 e não se fala mais nisso!
- Mesmo assim, algumas coisas precisam entrar na mochila, se tu pretendes passar uma noite de campo, ou várias: tenda, saco-cama, roupas, comida, fogão, painéis etc.
- Procura mochilas apropriadas ao teu tamanho ou que tenham regulações nas costas, para adequar a distância entre os ombros e os quadris.
- Alças, protecção lombar e costas acolchoadas são fundamentais. Tu carregarás muito peso por longas horas e precisas usar algo confortável...
- Bolsinhos, capa de chuva embutida e fitas para comprimir e guardar material do lado de fora é muito importante.
- Aqui também muitas oferecem saída para mangueira de hidratação e local especial para o cantil flexível. São cada vez mais usados e sempre muito úteis.

Mochilas de Hidratação

- Vais pedalar? Nem penses duas vezes! Esta é a mochila ideal para um dia em cima da bicicleta.
- Elas sempre possuem espaço para algumas coisas fundamentais, como lanterna, abrigo, documentos, bússola, mapa, um lanche etc.



- Estas mochilas também funcionam muito bem para dias curtos nas montanhas. São leves e funcionais, mas não deixes de levar os itens citados acima!

Mais dicas:

- Normalmente, o tecido usado para fazer as mochilas é nylon ou lona de nylon. Costumam ser tratados para repelir a água, mas não são impermeabilizados. Cuide-se durante chuvas, pois elas podem encharcar o teu equipamento.
- Procura SEMPRE uma mochila do teu tamanho, que sirva para ti ou que tenha ajustes para fazê-la servir.
- Presta atenção nas fitas situadas na parte de cima das alças. Estas fitas são feitas para aproximar a parte superior da mochila ao teu corpo, para melhorar o equilíbrio. Estas fitas e a protecção lombar são fundamentais para o teu conforto.
- Enchimento das alças, costas e protecção lombar feitos com espumas firmes, densas, apoiam melhores. Espumas de densidades mais suaves acabam sendo mais macias mas, também, podem ser menos confortáveis depois de longas horas.
- A maioria das mochilas de montanha possui abertura por cima e pela frente, na parte de baixo, facilitando o acesso aos equipamentos situados no fundo da mochila. Compartimentos que separam o fundo do resto, podem até ser funcionais, mas não são fundamentais, dependendo da tua forma de usar a mochila, também podem complicar bastante a tua vida, na hora de montá-la.
- Quando fores guardar alguma coisa nas laterais das mochilas, ou mesmo na parte da frente, como bastões de caminhada, as varetas da tenda, o chão térmico ou mesmo o duplo tecto da tenda, tem a certeza de que a fita está bem firme e que tu não corres o risco de perder partes da tenda, preso a algum galho de árvore ou simplesmente cair pelo caminho.
- Armações internas são feitas para transferirem o peso da carga. Normalmente, elas são compostas de duas varetas de

alumínio e uma placa semi rígida de plástico.

Como fazer a mochila

Saber fazer uma mochila é uma arte. Mais do que fazer, é saber regular e tê-la perfeitamente ajustada ao corpo. Afinal, ela faz parte de nós e é lá, nas costas, tal e qual as tartarugas, que carregamos casa e comida... Antes fôssemos apenas até aos picos da Europa, como bons mochileiros... Mas, quando a nossa proposta é caminhar alguns dias inteiros por matas atlânticas, cerrados, campos de altitude e até ao montado Alentejano, sem contar uma ou outra incursão às serras da Estrela, Gerês e ou às profundezas de uma gruta, a escolha da mochila, tamanho, arrumação e regulação deverá ser tratada com o maior dos cuidados possíveis. Ou estás preparado para horas intermináveis de algum equipamento mal colocado a espetar-se nas tuas costas? Esperamos que não!

Mais do que isso, um ajuste mal feito e lá se foi o peso todo para os ombros, ao invés dos quadris, bem mais preparados para carregá-lo. Algumas dicas são básicas e funcionam mesmo para quem vai viajar no final de semana para a casa de praia, mas não dispensa o uso da mochila.

1. Enrola as roupas – além de dobrá-las, enrola-as depois, uma a uma, para facilitar na hora de acondicioná-las dentro da mochila. Desta forma, elas amassam menos!

2. Guarda tudo dentro de sacos de plástico – esta dica funciona bem em tempo de chuva, já que não há nada mais desagradável do que roupa molhada no final do dia. Pior ainda se isto acontecer com a roupa limpa que deveria estar seca e quente... Não esqueças de verificar se os sacos não possuem furos, pois um temporal não perdoa, nem mesmo os menorezinhos. E procura separar quase peça a peça, ao invés de usar um grande para tudo.

3. Preenche os cantos – a mochila ideal será montada não apenas por dentro mas, também, por fora. Ou seja, é fundamental que, ao preenchê-la, verifique pelo lado de fora se alguma parte do tecido está frouxa, sinal de lugar vazio e, portanto, mau uso da mesma. O ideal é que ela fique totalmente esticada, com roupas, equipamentos, fogão e comidas, preenchendo inteiramente ao menos 2/3 dela.

a chama

DESTACÁVEL DE ANIMAÇÃO

Departamento Nacional da IV SECÇÃO

Apelo do: **IPJ**

ESSA "COISA" DE SER CAMINHEIRO



Foto: António Borda de Lis

Estamos num mundo em constante mutação. As novidades, as refinadas estratégias de mercado que se traduzem em apelos constantes ao consumo de bens fúteis, fazem parte do nosso dia-a-dia.

É nas televisões, nas rádios, nos centros comerciais, nos autocarros, nos comboios, nas estações, nas paragens, nos jornais, nas revistas, nos out doors, nos mupis... enfim é difícil olharmos pela janela e não vermos um qualquer cartaz mostrando as "vantagens" em comprar este ou aquele produto, ou em subscrever um cartão de crédito, mesmo que para isso não tenhamos rendimentos...

De facto, cada vez se apela mais para o fácil, o imediato e quase sempre para o efémero.

As mentes mais permeáveis a este tipo de publicidade são especialmente aquelas que ainda se encontram em for-

seguem extremar de forma eficaz o que realmente interessa do que é apenas acessório.

Todos os dias é travada uma luta bastante desigual entre estes mecanismos, muitos deles que levam à alienação e à priorização do que é superficial, e as instituições que pugnam por transmitir a esses jovens e não só, na sua formação – quer seja formal ou não formal – para além do conhecimento, conceitos de formação humana.

Esses conceitos, esses ideais, esses princípios, são inequivocamente o sustentáculo de uma sociedade baseada em pilares de convivência mas, mais importante, de vivência humana, como a honra, a dignidade, a tolerância, a honestidade – consigo e com os outros – a coerência – no dizer e no ser – a verticalidade, a urbanidade etc etc.

Costumo dizer aos jovens que comigo fazem uma caminhada no clã e especial-

não é uma "coisa" que esteja ao alcance de qualquer um...

Hoje, ser caminheiro, é sentir um verdadeiro apelo a estar, a dar-se, a partilhar em comunidade e em optar... isso mesmo muitas vezes em optar... e quantas vezes pelo caminho mais difícil.

Ser caminheiro já não é fácil mas ser caminheiro católico então a "coisa" complica-se um bom bocado... mais do que nunca teremos de optar! Uma opção que não pode ser de fim-de-semana, que não pode ser do tempo que passamos em conjunto na base, nas actividades, em torno de uma fogueira onde o ambiente facilita um pouco a vivência, mas no terreno "hostil" que todos os dias encontramos nas nossas vidas, quer seja nos nossos empregos, escolas, faculdades etc. mas também nos nossos tempos de lazer, com os nossos amigos, com aqueles que fazem parte da nossa vida.

Optar por ser caminheiro na dimensão dos verdadeiros ideais do caminheirismo é hoje em dia uma decisão difícil e por isso mesmo não deve ser tomada de forma leviana, ligeira, seguidista (pelos maus motivos) ou interesseira sob pena do jovem se estar a enganar a si mesmo, aos colegas, aos dirigentes, à sua comunidade, ao Movimento.

Outras oportunidades se oferecem aos nossos jovens, onde poderão ser úteis à sociedade, quer nas colectividades recreativas, desportivas etc. quer mesmo dentro da própria comunidade católica como grupos de catequese, coros, leituras...

...minheiros/compañheiros

HIKE FROM

É preciso que na caminhada, todo o clã sem excepção se sinta comprometido com o projecto. O crescimento de cada jovem caminheiro católico é um processo de compromisso entre a escola, a Igreja, os pais, o Movimento, mas essencialmente um compromisso consigo próprio. Muito pouco resulta, para não dizer nada resulta, se o caminheiro não sentir dentro de si que esta é a sua escolha, que é desta forma que quer fazer um pouco do seu crescimento...

Graças a Deus, temos jovens esclarecidos, de horizontes largos e inteligentes que conseguem de uma forma cada vez mais esclarecida dizer sim, eu quero estar, eu sei “no que me vou meter”, eu quero nestes quatro anos que aí vêm experimentar um caminho que para além de complementar a minha formação escutista me irá fornecer mais ferramentas de vida num quadro orlado pela vida do Apóstolo São Paulo.

Só assim, quando chegar a hora da partida, o jovem pode sentir dentro de si o “calor” de uma etapa cumprida e no turbilhão de sentimentos que inundam a sua alma e o seu coração num momento da tristeza que é a despedida, o cortar dos elos, mas também de alegria do objectivo atingido e do nascer de uma nova etapa, aí sim ele entenderá que “esta coisa de ser caminheiro” não é de facto para todos.

Falcão-Lutador

Nesta Grande Actividade Regional de Caminheiros, com o tema “De Nós Para Nós”, tivemos como objectivo principal partilharmo-nos uns com os outros e explorar zonas interiores da nossa Região. Tudo consistia numa caminhada em Equipa (três elementos cada), em que, de mapa na mão, lhes era dado a escolher o seu próprio Rumo, sem ordem, tempo ou pontuação.

Equipa Moisés, Agrupamento 714, Albufeira

A IV algarvia mexe!

A Secretaria Regional do Algarve da IV Secção – SRIV realizou, mais uma vez, umas das mais emblemáticas actividades de Caminheiros na região, o Hike Fronteira Norte.

A actividade desenrolou-se entre Mesines e Silves, sede de Concelho, de 28 de Abril a 1 de Maio. Cerca de meia centena de Caminheiros e Dirigentes palmilharam caminhos, ouvindo as suas gentes, partilhando experiências, recolhendo lendas e saberes. Para alguns a primeira vez, outros nem tanto, uma vez que havia quem já tivesse tido esta experiência 20 anos antes e de onde todos saímos mais ricos.

Equipa Alfred Nobel, Agrupamento 100, Tavira



reflexos

O CUSCO pergunta:

São várias as motivações para participar em grandes acampamentos (ACAREG's, ACANAC's, Jambo-rees...). Uns querem experimentar algo pela primeira vez, outros querem repetir experiências boas, outros ainda ficaram decepcionados com anteriores participações, e até há quem prefira actividades com menos gente. O que eu quero saber é:

“Se numa mesma data se realizassem vários acampamentos (um regional, um nacional e um internacional), em qual das actividades optarias por participar?”

A pergunta, que aqui se questiona, é um bocado difícil de responder. Acredito que toda a gente gostaria participar na actividade que mais valor escutista proporcionava a cada um, contudo, essa escolha deverá ser decidida pelas equipas de animação de cada secção, pois são elas que vêm se um bando, patrulha, equipa ou clã estão preparados para participar na actividade.

Não era muito bom escolher uma actividade, como por exemplo, um nacional, sem passar por um regional ou até mesmo um inter-regional.

Será que pode haver escuteiros, sem estarem preparados, a irem a uma actividade de grandes dimensões, sem terem passado por aquelas que nos preparam para tal?

Valverde, Região da Guarda

Encaro estas actividades como um gradiente de crescimento. Penso que o ideal seria começar por um acampamento de secção, seguir para um de agrupamento, depois regional, nacional e internacional. Cada actividade é uma etapa, seria como uma ave a ensinar a sua cria a voar. Eu como já aprendi a voar por perto, só me falta atirar-me do ninho e procurar

novas paragens, por isso, sem dúvida, escolheria a internacional.

Suricata-Alerta, Região do Porto

Bem, eu já participei num acampamento regional e nacional, são grandes acampamentos onde crescemos como escuteiros e como pessoas. Se caso houvesse todos ao mesmo tempo, eu gostava muito de participar no internacional, mas é assim: uma actividade internacional tem custos que são elevados, a comparar com um nacional ou regional. Bem, mas tentava arranjar uma estratégia dentro do meu clã para parti-

ciparmos... Ou, então, optava pelo que tivesse o preço intermédio, que seria o Nacional, pela lógica. É tudo uma questão de euros!!!

Mas, na verdade, eu gostava era de participar nos três ao mesmo tempo...

Tiago Bernardo, Região de Braga

Eu optaria pelo regional, já fui a um e adoraria participar novamente. Num acampamento regional fazem-se tantas actividades como se fazia num acampamento nacional ou até num internacional.

Andreia Moreira, Região de Setúbal



Flor de Lis Junho

Este ano, o Domingo de Páscoa calhou no final das férias, dando oportunidade à realização de actividades de longa duração. Queremos saber a tua opinião...

“Concordas com um Acampamento Nacional na época da Páscoa?”

PELO SIM...

Se as férias da Páscoa o permitirem, penso que seria uma brilhante ideia por uma série de razões:

► A primeira devido às condicionantes de acampar no Verão em Portugal, por causa da época de incêndios. Teríamos muito mais liberdade para conviver com o “Fogo de Campo” (sejam fogueiras para cozinhar, para iluminar, para reflectir, ou para festejar);

► A segunda, porque exigiria mais da nossa capacidade técnica frente às intempéries (não é incomum sermos banhados pelas chuvas pascais) e mostraríamos que estamos “sempre alerta para servir” em quaisquer circunstância e não apenas no bom tempo. Para além disso, seria interessante ver propostas de pioneirismo orientadas não para oferecer sombra, mas sim espaços secos (aprender com os outros é muito importante).

► A terceira, devido à época de celebração religiosa ser mais intensa, oferecendo assim a oportunidade de ter Deus presente em campo de uma maneira menos leviana.

► A quarta e última reside no facto de um evento desta escala, a meio do ano escutista, poder ser fonte de inspiração para o resto do ano e motivar ainda mais os elementos para grandes actividades de final de ano em agrupamento.

Joca, Região de Coimbra

É uma altura bastante boa para a convivência, visto que até nos sabia melhor passar o dia em que Jesus ressuscitou.

Artur, Região de Setúbal

Acho que ia ser divertido, por a maior parte de nós passa as férias todas em casa.

Adriana Amores, Região do Algarve

Claro que concordo com um acampamento pela Páscoa, não é o facto de estarmos em actividade que nos vais fazer descurar das nossas “obrigações” religiosas, podemos celebrar a ressurreição em acampamento e até fazer actividades que elucidem e que esclareçam certas dúvidas sobre esta época festiva, por tudo isto concordo com um acampamento Nacional na Páscoa.

Carina Antunes, Região dos Açores

PELO NÃO...

Um ACANAC é sempre uma “proposta” aliciante e normalmente é aceite com grande entusiasmo pela maioria. Mas um ACANAC na Páscoa não me parece ser uma boa opção. Em primeiro lugar, porque não existem só estudantes, também existem pessoas que trabalham e por vezes as suas férias são apenas de dois ou três dias. Para além disso, qualquer ACANAC é sempre bastante cansativo, quer para os organizadores, quer para os participantes, por ser uma actividade que envolve tanta gente.

A Páscoa é uma época muito especial, e muito intensa, e por vezes a actividade de Páscoa é a última antes da actividade de final de ano, então nada melhor do que uma actividade de secção na qual posamos fazer uma retrospectiva daquilo com que temos contribuído para o grupo, na qual podemos recordar todas as batalhas que vencemos durante o ano.

Nesta época eu penso que o mais importante é a reflexão, e independentemente de todas as actividades que posam ser propostas para esta época, nada pode ser superior à simplicidade e harmonia de uma actividade com um grupo que

nos faz sentir bem, com um grupo que nos faz “sonhar”.

Vanessa Cruz, Região de Coimbra

Qualquer que seja a actividade educativa/pedagógica que se realize na nossa Associação, tem sempre que ter em conta, como um dos pontos essenciais (salvo raras excepções), a relação educativa, ou seja, a participação das crianças/jovens e os seus animadores. Numa época como esta que está em discussão – as férias da Páscoa – são raros os adultos (Dirigentes e/ou CIL’s) que poderão ter uns dias de gozo de férias; uns, por compromissos laborais, outros, familiares, e ainda os escolares...

É bom não esquecermos as disponibilidades de todas as partes, ou estaremos, logo à partida, a sermos discriminados!

Maria Helena Guerra, Região de Évora

Embora goste muito de estar em actividades de escuteiros... Nesta época não concordo, é uma época em que a família se junta, e um de nós a faltar seria um mau exemplo aos mais novos e aos mais velhos, visto que, como diz um dos princípios do escuta: “O dever do Escuta começa em casa.” Ora, sendo assim, caro irmão escuta, estás com a família e acampas noutra altura...

Tiago Bernardo, Região de Braga



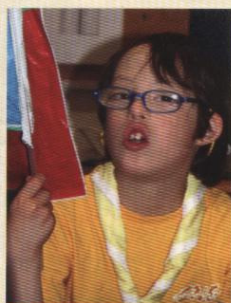


Imagem da capa:
André Spencer

3 Em Caminho

O Enforma 2006 pretende comemorar os cem anos do Escutismo, procurando "Reconstruir Territórios de Identidade".

6 Departamento Jurídico

Revisão Estatutária e Fundação CNE para um CNE moderno.



14 XXI ACANAC

Tudo o que deves saber sobre o passaporte e os selos do XXI Acanac.

15 Aprender Fazendo

O uso e propriedades de várias plantas que podem ser muito úteis em actividades.

24 Acha na Fogueira

Usando a nossa imaginação em 2007, um Associado efectivo,

Preparando o futuro

O Conselho Nacional Plenário de Maio passado aprovou, entre outras, as propostas para a implementação da Visão para o CNE e PEP – Plano Estratégico Participativo e da RAP – Renovação da Acção Pedagógica.

São dois documentos de importância vital para o futuro da nossa associação e, por isso mesmo, é importante o empenho de cada um e de todos, participando na discussão, propondo, discordando, concordando, sem receios e com a convicção de estar a contribuir para o futuro do CNE e dos jovens que o procuram como complemento do seu crescimento ou, até, como tábua de salvação. Temos todos, essa responsabilidade.

E como estamos a preparar o futuro, podemos começar por entender que o CNE não é um privilégio de alguns, mas, sim, um dever, um di-

Temos o mau hábito de pensarmos que tudo o que se faz lá fora, é melhor do que aquilo que possamos fazer cá dentro.

Um obstáculo a que temos de dar o pontapé de B-P, definitivamente.

A Renovação da Acção Pedagógica, pela sua importância, requer uma atenção muito especial. Ao revermos todo o processo – que terá na formação dos dirigentes uma quota parte importante – não podemos desviar-nos do preconizado por B-P, sob pena de transformarmos o Escutismo em clubes de



José Araújo
Director

Temos o mau hábito de pensarmos que tudo o que se faz lá fora, é melhor do que aquilo que possamos fazer cá dentro.

reito, uma obrigação de todos os que, um dia, decidiram dar uma parte de si próprios em favor dos mais novos. A discussão da associação fica mais rica, nobre e sólida e os ditos, ou supostos, privilegiados menos sós, menos cansados e muito mais apoiados no seu trabalho de base. O CNE é e será tanto mais rico, quanto mais o seu pensamento for comum a todos. Fecharmo-nos no nosso agrupamento não nos engrandece, reduz-nos!

Estes dois projectos, baseiam-se em documentos dimanados pela Organização Mundial do Movimento Escutista, que tem uma visão global do Movimento no mundo, com preponderância de algumas zonas e particularidades, nomeadamente, países onde o escutismo, por força do desenvolvimento sócio-económico, se foi desviando do Ideal e do Método Escutista preconizado por B-P. Não é o nosso caso.

Por isso, estes projectos terão de ser à nossa medida e fruto da nossa capacidade de sonhar, de criar e recriar, de fazer e desfazer para refazer a seguir. Talento e capacidade não nos faltam. Falta-nos, isso sim, vontade para acredi-

jovens. Não nos podemos esquecer que educamos jovens para a cidadania, com Valores e Ideais. Isso implica responsabilidade, criatividade, o sentido do outro e de Deus.

A RAP deve actualizar-nos com o Mundo que nos rodeia e de que fazemos parte, mas não pode, por pensarmos que isso agradará aos jovens, desviar-nos do propósito do Escutismo: Deixar este Mundo um pouco melhor do que o encontrámos.

Errata

No editorial da revista "Flor de Lis", nº 1155, de Junho de 2006 onde se lê "... Uma vasta equipa, abrangendo todas as áreas de intervenção no acampamento, **vêm** há bastante tempo..." deve ler-se "... Uma vasta equipa, abrangendo todas as áreas de intervenção no acampamento, **vem** há bastante tempo..."

Na página IV, do destacável da III Secção, da edição de Junho de 2006, no Jogo do Centenário, onde se lê "... Uma letra da cidade que acolheu este Jamboree." Deve ler-se "...A **última** letra da cidade que acolheu este Jamboree."

Pedimos desculpa pelos lapsos.

Moços Exploradores/Moços E

PRONTOS PARA NAVEGAR!

E que tal ensinares aos teus elementos a nomenclatura básica de uma embarcação?
Nunca se sabe quando terão uma actividade de canoagem, vela ou mesmo de jangadas, certo?

Aqui vai:

Bombordo: lado esquerdo de uma embarcação.

Estibordo: lado direito de uma embarcação.

Proa: Parte da frente de uma embarcação.

Popa: Parte de trás de uma embarcação.



Podes ensinar-lhes tudo isto através de um jogo muito simples:

Desenha-se uma linha no chão e colocam-se por trás os elementos de uma patrulha/tripulação formados em linha e com os olhos vendados.

O guia/timoneiro coloca-se do outro lado da linha de frente para os seus elementos e sem venda nos olhos. De seguida, vai dando ordens durante algum tempo como por exemplo: dois passos a bombordo, um passo a estibordo, três passos à popa, um passo à proa, etc.

O objectivo é que no final continuem todos em linha!

Este jogo também pode ser jogado com os pontos cardeais.

Leoa-Amiga e Tigre-Audaz

Jogos para o CENTENÁRIO

ACANAC's do CNE

São dadas partes de emblemas de cinco Acanac's do CNE,
aos quais falta qualquer coisa.

1

Letra inicial do animal totem que aparece na bandeira.





Texto: Fernando Alves

sabias que...

Escutismo na I Guerra Mundial

Entre 1914 e 1918, o Escutismo teve um pico de prestígio na sociedade. A guerra trouxe ao Movimento Escutista a oportunidade de ouro para mostrar o seu valor, enquanto escola de formação de cidadãos úteis, e de fazer jus ao seu lema. Naqueles tempos, em que ainda não se usavam anilhas nos lenços e havia muito por regulamentar e padronizar nas práticas, o Escutismo era visto de várias formas pela sociedade: se alguns viam no Movimento o seu real valor educativo, a maior parte da sociedade via-o apenas com curiosidade e um toque de cómico.

Com o início da guerra, os Escuteiros ingleses foram mobilizados para servir a sua Pátria, prestando-se a tarefas não militares que, nos dias de hoje, associamos à Protecção Civil, sob a coordenação das autoridades. Tarefas como vigilância de pontes, linhas de telégrafo e na linha de costa, recolha de informações logísticas, transmissão de informações e avisos à população, prestação organizada de auxílio e socorro à população, serviço de

comunicações (estafetas, sinalagem, etc.), auxílio a famílias de homens envolvidos na guerra ou feridos, montagem de postos de primeiros-socorros, de refugiados e cozinhas públicas, auxílio à navegação em portos, estuários e canais, trabalhos agrícolas, e muito mais.

Algumas destas prestações dos Escuteiros parecem um pouco optimistas, mas, o facto é que centenas de milhar foram envolvidos nas mais variadas tarefas no esforço de guerra, muitas vezes com um pedido de ajuda formal das autoridades. A costa inglesa foi vigiada durante todo o período da guerra pelos Escuteiros Marítimos, que garantiram a presença 24 horas por dia de cerca de 2 000 Escuteiros, envolvendo um total de 23 000, divididos por turnos. Durante os anos de 1917-1918, em que os alemães bombardearam Londres e outras cidades a partir de grandes dirigíveis Zeppelins e biplanos (o bombardeamento aéreo era uma novidade), eram os Escuteiros que, com os seus cornetins, de serviço 24 horas por dia, davam

os alarmes para a população se abrigar e tocavam o famoso "All Clear", que indicava que o perigo já tinha passado.

O valioso contributo que os Escuteiros deram, valeu ao Movimento uma reputação e um respeito sem precedentes. Curiosamente, o que mais impressionou a população e as autoridades, não foi a capacidade de os Escuteiros fazerem nós, ou saberem tratar uma ferida, ou transmitirem uma mensagem em Morse, mas sim a prontidão evidenciada em todas as missões que lhes eram destinadas, a fiabilidade com que as executavam e a forma incrivelmente organizada como actuavam, divididos em Patrulhas, com os seus próprios líderes. Os objectivos educativos do Escutismo, pelos quais B-P tanto se bateu, estavam à vista de todos, consumados.

Em tempo de RAP, hoje, talvez valha a pena reflectir sobre este importante episódio da vida do Movimento, e da verdadeira missão do Escutismo enquanto escola de formação de indivíduos.



↑ Vigilância de uma linha de telégrafo.

Postol celebrizando o toque All Clear que indicava o fim de mais um raide aéreo. ↓



↑ Escutismo Marítimo a vigiar a costa.

Escuteiros guardam uma mina flutuante que deu à costa. ↓



↑ Escuteiros ajudam a recolher fundos para missões de auxílio na Bélgica.

Um Escuteiro parte para mais uma missão de estafeta. ↓



↑ Escuteiros ajudam militares em posto de vigia.

Um Escuteiro francês guia uma coluna de soldados ingleses, transportando a arma de um ferido. ↓



acha na fogueira

Meta para 2007

Um associado efectivo, Uma Flor de Lis



→ Texto: Luís Gomes*

«Sonhemos, mas com a condição de acreditarmos sinceramente no nosso sonho, de examinarmos atentamente a vida real, de confrontarmos as nossas observações com o nosso sonho, de realizar escrupulosamente a nossa imaginação. É preciso sonhar. E esta espécie de sonho é, infelizmente, muito rara no nosso movimento, precisamente por causa daqueles que mais se orgulham do seu bom senso, da sua exacta aproximação das coisas concretas».

*dizia Lenine num congresso do partido
In "Pela educação à Liberdade
- Um Caminho - O Escutismo"*

A equipa da Flor de Lis, acredita sinceramente **no sonho** de fazermos chegar a cada Escuteiro um exemplar da nossa Revista.

Depois de, numa **primeira fase**, uma comissão composta pelo Chefe Nacional, Chefe Regional dos Açores, Director da Flor de Lis, Administrador da Flor de Lis e Chefe de Núcleo de São Miguel, Açores,

ter apresentado o estudo realizado ao Conselho Nacional Plenário, em Fátima (encontra-se na Lis On Line para quem não esteve presente no CNP), partimos agora para uma **segunda fase, crucial para realizar este SONHO** e, para sustentação futura deste projecto, a de captar **parceiros e apoios fortes** para o CNE e para a revista.

Como o vamos conseguir:

Contamos com o apoio inestimável de agências de publicidade conceituadas no mercado nacional, nomeadamente a Empresa «CAIXA ALTA», que nos permite **“examinarmos atentamente a vida real e confrontarmos as nossas observações com o nosso sonho”**, ou seja, orientados segundo padrões muito elevados, mormente na área da Publicidade (planeamento estratégico, criatividade, produção) e Design (gráfico e editorial).

Vamos conseguir:

Porque a Flor de Lis tem que ter um papel central no contacto do CNE com todos os escuteiros.

Por isso, vai:

- Fortalecer e dinamizar a relação com os actuais associados;
- Conquistar os ex-associados.

A Flor de Lis vai ser desejada por assinantes e valorizada por apoiantes e patrocinadores.

Por onde caminhar:

Vamos continuar a ser um meio privilegiado de comunicação entre todos os Escuteiros:

- Orientada segundo princípios cristãos;
- Direccionada para a formação pessoal e social;
- Escola de valores;
- De leitura imprescindível e desejada, de consulta e de encontro.

Manter a orientação do **projecto editorial em torno de valores** como:

- Amizade;
- Proximidade;
- Acção;
- Aventura;
- Participação;
- Contacto com a natureza;
- Solidariedade
- Cidadania.

Com novos conteúdos, novo grafismo e o mais importante...

Quando:

Vamos realizar escrupulosamente a nossa imaginação “Em 2007, Um associado efectivo, uma Flor de Lis”.

É preciso sonhar!

* Administrador da Flor de Lis



FLOR DE LIS – ÓRGÃO OFICIAL DO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – ESCUTISMO CATÓLICO PORTUGUÊS

E-mail: flis@cne-escutismo.pt · Julho 2006 · Ano LXXXI · Nº 1156 · 1,50 € · Publicação mensal · Publica-se desde Fevereiro de 1925 · **Director:** José Luís Araújo (director@flisonline.cne-escutismo.pt) · **Administrador:** Luís Carlos Pinheiro Gomes (administrador@flisonline.cne-escutismo.pt) ·

Redacção: Chefe de redacção – Susana Micaela Santos (redacao@flisonline.cne-escutismo.pt) · Nuno Martins (nmartins@flisonline.cne-escutismo.pt) · Fernando Alves (falves@flisonline.cne-escutismo.pt) · André Spencer (Editor on-line) (editor@flisonline.cne-escutismo.pt) · **Colaboradores Permanentes:** Cavalão-Selvagem, António Laranjeira, Cidália Ponte (ENI) (uivo@flisonline.cne-escutismo.pt), Susana Costa (ENII) (kim@flisonline.cne-escutismo.pt), Domingos Brazão (rotazul@flisonline.cne-escutismo.pt), José Carlos Santos (ENIV) (chama@flisonline.cne-escutismo.pt) · **Grafismo e Paginação:** Paula Catalão · **Ilustração:** Pedro Alves (palves@flisonline.cne-escutismo.pt) · **Colaboraram neste**

número: Jorge Gadelho, João Camarinha, Agrupamento 14, Bivaque, Equipa Alfred Nobel, Equipa Moisés, Falcão-Lutador, Equipa de Gestão da Base Nacional da IV, Pe. Jorge Alves Barbosa, João Teixeira, Secretaria Nacional dos Adultos, Agrupamento 366, Junta Regional do Porto, Pe. Luís Paulo, Agrupamento 1292, Lontra-Artista, Luís Viana, Luís, Escalreira, Urso-Dorminhoco, Margarida Almeida, Eduardo, Dina Rodrigues · Registo de empresa jornalística nº204616 · Registo de publicação periódica nº 104617 · Depósito legal nº 4930/86 – ISSN 0872-7872 · Propriedade: Corpo Nacional de Escutas · Pessoa Colectiva nº500972052 · Rua D. Luís I, 34 – 1200-152 Lisboa · Telefone: 213933652 – Fax: 213933669 · (Instituição de Utilidade Pública) · Gráfica – Artes Gráficas, Rua Camilo Castelo Branco, Loja 16 – Queluz de Baixo, 2745 – 545 BARCARENA · Tiragem: 10.500 exemplares



ASSOCIAÇÃO
PORTUGUESA
DE IMPRENSA



acha na fogueira



As Prerrogativas do Chefe

Texto: José Luís Araújo

As prerrogativas do Chefe, que aqui se pretende evidenciar, são as derivadas da liderança de uma qualquer equipa, com relevância para a nossa Associação.

Institucionalmente, temos dois tipos: A que provém da eleição do Chefe de Agrupamento e as outras (Chefe Nacional, Chefe Regional e Chefe de Núcleo).

Na primeira, e a meu ver bem, elegese o Chefe de Agrupamento e este constitui a sua equipa, à imagem do projecto que o fez ser eleito. Decorre deste processo de eleição, a responsabilidade pelo exercício do cargo e a correspondente autoridade, isto é, embora no desempenho desta função e no pleno respeito pelos restantes membros da equipa, a chefia seja exercida por consenso, ao Chefe está sempre inerente a prerrogativa da decisão. Para igual responsabilidade, igual autoridade.

Nos processos de eleição para os restantes órgãos executivos, com responsabilidade crescente de acordo com os vários níveis, tal não acontece. Erradamente.

Nestes processos, o candidato escolhe a sua equipa, que é eleita com ele, e, a partir daí, não exerce quaisquer poderes sobre ela. É o Chefe, é o responsável pelas decisões e acções dessa equipa,

mas não detém nenhuma prerrogativa sobre ela. Limita-se a ser um igual aos outros, com o mesmo poder decisório de cada um dos seus secretários e chefe-adjunto. Para igual responsabilidade, nenhuma autoridade. Há que mudar tal procedimento.

Neste país, continua a confundir-se democracia e autoridade, como se a primeira exista para anular a outra. Isso seria anarquia. Pelo contrário, uma não pode existir sem a outra.

“Neste país, continua a confundir-se democracia e autoridade, como se a primeira exista para anular a outra. Isso seria anarquia. Pelo contrário, uma não pode existir sem a outra.”

Querer que o líder assuma a responsabilidade de uma equipa, sem a correspondente autoridade, é o mesmo que fazê-lo prisioneiro dessa mesma equipa, onde uns quantos, a coberto deste processo, podem mandar o Chefe fazer o que muito bem entendam, com a respectiva carga de responsabilidade. Nestes casos, o Chefe só tem uma forma de se opor: Demite-se!

Ora, se no Agrupamento o processo é idêntico ao Conselho de Ministros, às Au-

tarquias e a outras instituições, porquê, para os órgãos Nacional, Regional e de Núcleo, é diferente? Será por receio de que o Chefe, tendo a prerrogativa da decisão, o faça aleatoriamente e de forma ditatorial? Os mil agrupamentos da Associação funcionam. Além disso, há formas de o precaver. Basta querer.

O Chefe, é o líder da equipa e não um qualquer e, por isso mesmo, tem de ter as prerrogativas da decisão quando for caso disso, como as de saber ouvir, parti-

lhar ideias, ceder em função de opiniões divergentes das suas, poder alterar a constituição da sua equipa no interesse comum e a humildade e a coragem para decidir. Isto, coloca-o acima dos outros que devem ter, também eles, a humildade para o aceitar e respeitar. Foi assim que B-P definiu o Guia de Patrulha.

E como estamos em fase de revisão estatutária, será uma oportunidade para repor as coisas no seu lugar.

Porque em tempos foi assim.



FLOR DE LIS – ÓRGÃO OFICIAL DO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – ESCUTISMO CATÓLICO PORTUGUÊS

Agosto 2006 · Ano LXXXI · Nº 1157 · 1,50 € · Publicação mensal · Publica-se desde Fevereiro de 1925 · **Director:** José Luís Araújo (director@flisonline.cne-escutismo.pt) · **Administrador:** Luís Carlos Pinheiro Gomes (administrador@flisonline.cne-escutismo.pt) · **Redacção:** Chefe de redacção – Susana Santos (redacao@flisonline.cne-escutismo.pt) · Nuno Martins (nmartins@flisonline.cne-escutismo.pt) · Fernando Alves (falves@flisonline.cne-escutismo.pt) · André Spencer (Editor on-line) (editor@flisonline.cne-escutismo.pt) · **Colaboradores Permanentes:** Cavalos-Selvagem, António Laranjeira, Cidália Ponte (ENI) (uivo@flisonline.cne-escutismo.pt), Susana Costa (ENII) (kim@flisonline.cne-escutismo.pt), Domingos Brazão (rotazul@flisonline.cne-escutismo.pt), José Carlos Santos (ENIV) (chama@flisonline.cne-escutismo.pt) · **Grafismo e Paginação:** Paula Catalão · **Ilustração:** Pedro Alves (palves@flisonline.cne-escutismo.pt) · **Colaboraram neste**

número: Luís Mota, Junta Regional do Algarve, Agrupamento 542, Rita Soares, Francisco, Hélder Santos, Gavião-Fiel, Pedro Monteiro, Céila Franco, Jorge Gadelho, António Catana, Equipa RAP, José Machado, José Filipe Pinheiro, Mocho-Atento, Maria Helena Guerra, Agrupamento 370, Barros, Hélder, João Camarinha, Jorge Silva, João Matos, Luís Martins, Andrade, Bruno Ferreira, Miguel Silveira, Carlos Moreira, João Rosado · Registo de empresa jornalística nº204616 · Registo de publicação periódica nº 104617 · Depósito legal nº 4930/86 – ISSN 0872-7872 · Propriedade: Corpo Nacional de Escutas · Pessoa Colectiva nº500972052 · Rua D. Luís I, 34 – 1200-152 Lisboa · Telefone: 213933652 – Fax: 213933669 · (Instituição de Utilidade Pública) · Gráfica – Artes Gráficas, Rua Camilo Castelo Branco, 10146 – Queluz de Raí, 2725-151 BARCELONA · Telefone: 93 486 11 11

Apoio do:
IPJ
Instituto
Português
da Juventude

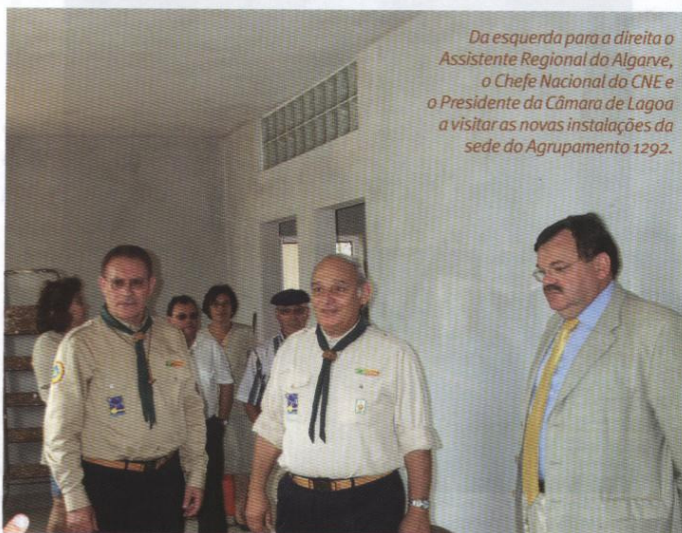


**ASSOCIAÇÃO
PORTUGUESA**



Região do Algarve

Fundação e Inauguração do 1292



Da esquerda para a direita o Assistente Regional do Algarve, o Chefe Nacional do CNE e o Presidente da Câmara de Lagoa a visitar as novas instalações da sede do Agrupamento 1292.

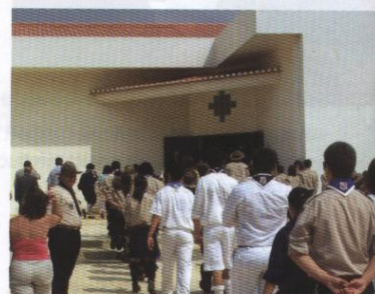
A região do Algarve conta com mais um agrupamento. No passado dia 18 de Junho, o Agrupamento 1292, Mexilhoeira da Carregação, Estombar, foi oficialmente inaugurado e fundado.

Neste dia de festa e alegria estiveram presentes o Chefe Nacional do CNE, o Administrador da revista "Flor de Lis", elementos da Junta Regional, Conselho Fiscal e Jurisdicional Regional e Assembleia Regional do Algarve, o Assistente Regional do Algarve e ainda diversas entidades oficiais, onde salienta-se a presença do presidente da Câmara Municipal de Lagoa, o vereador da cultura e o presidente da Junta de Freguesia de Estombar.

O Chefe Nacional, no seu discurso, salientou que "importa que o Agrupamento da Mexilhoeira dê passos significativos ao serviço da comunidade onde está inserido e se mantenha atento às iniciativas Regionais, Nacionais e mesmo Internacionais". Lembrou ainda que "queremos mais Escutismo para um maior número de jovens e, para tal, a acção dos Adultos neste Movimento é fundamental".

O chefe do Agrupamento 1292, António

brou os vários apoios recebidos para que este sonho seja uma realidade ao serviço dos jovens da Mexilhoeira da Carregação. A abertura do Presidente da Câmara e os diversos apoios concedidos, a oferta do projecto e acompanhamento da sede do arquitecto Nuno, o chefe Arlindo Boto, do



Agrupamento 715, de Estombar, que apadrinhou e ajudou à fundação do agrupamento, e ainda o apoio recebido de toda a comunidade, tanto na pessoa do pároco local como de alguns pais, foram alicerces importantes para a fundação e inauguração deste agrupamento.

Vários escuteiros da região do Algarve comparecem à festa de inauguração do agrupamento.



A promessa de alguns elementos.

aprender fazendo



→ Texto, ilustrações e fotos: Fernando Alves

Decoração de Varas

A vara do escuteiro está em desuso em grande parte das associações escutistas pelo muito fora, mas em Portugal tem ainda muitos adeptos. Por um lado, há a sua utilidade em actividades de campo, como, por exemplo, na montagem de abrigos, na aferição da profundidade de ribeiros, ou na construção de macas para transporte de feridos ou material. Por outro, a vara pode conter, em si, parte da história da vida escutista do seu proprietário, com registos dos passos e marcos mais importantes. Ainda, poderá ter gravadas algumas utilidades, como, por exemplo, uma régua graduada, código Morse e código homógrafo. No caso da vara de onde pende a bandeirola de patrulha, há toda uma história de vivências que pode ficar registada para sempre. Até a vara do caminheiro ou dirigente pode exibir algo da vida escutista do seu dono ou da simbologia que mais lhe toca no escutismo. Para os mais habilidosos, a ornamentação de uma vara pode ser uma actividade interessantíssima e uma forma de aperfeiçoar a sua habilidade manual. Aqui ficam algumas sugestões para a decoração da tua vara, mas queremos que a tua imaginação não tenha limites.



Registo de Código Morse e Homógrafo (na figura não está completo).

Registo do número de anos em cada Secção, usando espia de cor: 2 anos nos Lobitos, 4 anos nos Exploradores e 1 ano nos Pioneiros.

Registo do totem Pessoal e respectiva assinatura.

Gravação a fogo do símbolo do Acanac de 2002, registando a sua participação.

Aproveitamento de espia branca e azul num Nó de Cabeça de turco, meramente decorativo.



Registo de Noites de Campo, por ano, uma pinta por cada noite, com gravação a ferro (com um ferro de soldar, por exemplo).

Registo de passagem pelo Bando Cinzento, Patrulha Falcão e Equipa Esquilo.

Registo de quilómetros percorridos em raide, uma volta de espia por cada 10 km.

Aproveitamento de um pedaço de pele de animal (com pêlo) para decoração, a imitar pêlo de Esquilo.





Gravação a fogo dos sinais de pista de Caminho a Seguir e Caminho a Evitar, simbolizando a capacidade e discernimento do Caminheiro para escolher o melhor caminho de vida a seguir.

Espia com a cor da Secção, para possibilitar o transporte da vara a tiracolo ou o aproveitamento da espia para alguma utilidade.



Uma ramificação descascada, simbolizando a escolha do caminho de vida a seguir.

Registo do número de anos em cada Secção, usando espia de cor: 4 anos nos Lobitos, 4 anos nos Exploradores e 4 anos nos Pioneiros e 2 anos nos Caminheiros.

Zona da vara sem casca, para registo do Lema do caminheiro; Servir.

Falça simples com espia, para poder ser aproveitada em caso de necessidade.